



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA



O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA E A SOCIEDADE BRASILEIRA

**DIRETRIZES PARA
UM NOVO BRASIL**

5

**O Fortalecimento
da Economia
e a
Sociedade Brasileira**

Brasil. Presidente, 1990-1995 (F. Collor)

O fortalecimento da economia e a sociedade brasileira (discursos presidenciais). — Brasília, Presidência da República, 1991.

110p. (Diretrizes para um Novo Brasil, 5).

1. Brasil — Política e Governo — Discursos. I. Título. II. Série.

CDD 320.981

Presidente Fernando Collor

O Fortalecimento
da Economia
e da
Sociedade Brasileira

Discursos Presidenciais

Presidência da República

Fernando Collor
Presidente da República

Itamar Franco
Vice-Presidente da República

Secretaria de Imprensa
da Presidência da República

1991

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

ISENÇÃO DE IPI PARA BENS MANUFATURADOS DESTINADOS ÀS ATIVIDADES DOS CORPOS DE BOMBEIROS	7
ENTREVISTA A DIRETORES E CHEFES DE REDAÇÃO DE JORNAIS EM 3 DE JULHO DE 1990	10
ENTREVISTA A JORNALISTAS DE EMISSORAS DE TELEVISÃO EM 4 DE JULHO DE 1990	46
SOLENIIDADE DE CONDECORAÇÃO NA CASA ROSADA (BUENOS AIRES, ARGENTINA)	75
INTEGRAÇÃO BRASIL/ARGENTINA	77
DISCURSO AOS CONGRESSISTAS ARGENTINOS (BUENOS AIRES, ARGENTINA)	80
VISITA A CARAJÁS (PARÁ)	88
INSTALAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CRIANÇA	91
INTEGRAÇÃO BRASIL/VENEZUELA	93
INTEGRAÇÃO BRASIL/CHILE	95
O BRASIL NO MUNDO DOS ANOS 90	100

Isenção de IPI para Bens Manufaturados Destinados às Atividades dos Corpos de Bombeiros

É com especial alegria que assino neste momento o decreto de sanção da Lei pela qual ficam isentos de pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados os bens manufaturados destinados às atividades dos Corpos de Bombeiros em todo o território nacional.

Merece registro especial o fato de que esta cerimônia se realiza na data do aniversário da corporação em nosso País, no dia em que se comemoram 134 anos desde que foi instituída por D. Pedro II.

Os bombeiros pagam à Nação tributos mais do que suficientes. Pagam com dedicação, com disciplina, com generosidade, com abnegação e, às vezes, com o sacrifício da saúde e da própria vida.

Poucas categorias contarão com um reconhecimento e uma gratidão tão unânimes da sociedade brasileira. A Lei que ora sanciono é fruto desse reconhecimento e do desejo de todos nós

brasileiros de que os bombeiros possam estar mais bem equipados para o desempenho de sua missão verdadeiramente essencial. A sua atuação é um requisito básico para o bem-estar e a segurança da cidadania. Todos os países desenvolvidos têm Corpos de Bombeiros modernos e eficientes e têm, sobretudo, entre os sentimentos mais profundos da coletividade, a clara noção de respeito e admiração pelo que eles fazem.

No Brasil, como disse, já existe esse sentimento. Mas conhecer e respeitar o trabalho dos bombeiros — inclusive por um comportamento que facilite o desempenho de sua missão — é um aspecto vital de educação do povo, das crianças e adolescentes, e nesse terreno nós ainda temos muito para realizar.

«Aos bombeiros cabe não apenas
o combate ao fogo, mas o papel
de educadores ecológicos.»

Com esta cerimônia, senhores ministros — e aqui citaria o Ministro Bernardo Cabral, que acaba de chegar, e o Senador Áureo Melo —, além de homenagear os Corpos de Bombeiros do Brasil, como Presidente da República e como brasileiro quero dar uma exemplo da atitude de gratidão e respeito que devemos ter diante de uma corporação dedicada integralmente ao cuidado de nossa gente.

Quero também, por fim, fazer uma referência à responsabilidade da corporação na luta em que todo o País se acha engajado pela proteção do meio ambiente, principalmente no combate às queimadas e aos incêndios em nossas florestas, em nossos campos e matas. Aos bombeiros cabe não apenas o combate ao fogo, mas com muita clareza o papel de educadores ecológicos. Os homens que integram os Corpos de Bombeiros têm em relação à comunidade e à natureza uma sensibilidade e uma conduta em ações preventivas e de salvamento que deve e precisa ser seguida por todos nós brasileiros em todos os momentos.

Aos bombeiros do Brasil, em nome do meu governo e do povo brasileiro, mais uma vez o meu muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na solenidade de assinatura da carta de lei
sancionando o Projeto de Lei nº 4.248/89,
que isenta de IPI bens manufaturados
destinados às atividades dos Corpos de
Bombeiros em todo o território nacional,
realizada no Palácio do Planalto,
no dia 2 de julho de 1990.*

Entrevista a Diretores e Chefes de Redação de Jornais em 3 de julho de 1990

Roberto Müller (Gazeta Mercantil): Em primeiro lugar, muito obrigado pelo convite. Eu queria perguntar ao senhor a respeito da nova política industrial e comercial que o senhor acaba de divulgar. Não obstante haja consenso sobre a necessidade de modernizar o parque industrial e de eliminar os obstáculos à modernização e ao ingresso de produtos com tecnologia mais sofisticada no Brasil, os fatos de, aparentemente, o Brasil não dispor de tantas reservas assim e de estar com uma negociação em curso com os credores privados, levaram a que muitas pessoas chegassem a sugerir que, embora o conteúdo das medidas fosse correto, talvez tivesse havido uma certa ingenuidade na sua apresentação; que talvez tivesse sido melhor negociá-las ao invés de colocá-las, gratuitamente, à comunidade de negócios internacional.

Presidente: Nós detectamos dois graves conflitos para que o Brasil pudesse ingressar na modernidade. O primeiro, o conflito das relações capital-trabalho, ou seja, a tentação do Governo de sempre resolver esse conflito com a indexação preço-salário. Esse era o conflito e essa era a tentação. O segundo conflito situa-se exatamente na falta de exposição à competitividade do nosso

parque industrial. A tentação de aumentar a eficiência pela competitividade sempre levou, diante dos reclamos, ao estabelecimento de medidas protecionistas e à criação de cartórios. Esse era outro conflito e essa era outra tentação. Tínhamos de solucionar esses conflitos com atitudes vigorosas e com coragem. Como resolver esse conflito entre capital-trabalho? Lutando tenazmente para evitar a indexação, porque a indexação somente abre duas alternativas ao País: de um lado uma hiperinflação, que será alcançada num curtíssimo espaço de tempo e de magnitude difícil de ser prevista; de outro lado, uma brutal recessão. Temos que evitar uma e outra alternativa. Temos que enfrentar a situação corajosamente, tentando convencer a sociedade de que a corrida do salário atrás do preço, atrás da inflação tem efeito draconiano sobre a renda do trabalhador, porque traz apenas uma ilusão, em função da maior quantidade de moeda que ele tem em mãos no final do mês, de que aquilo dá a ele condições de comprar mais e de melhorar o seu padrão de vida, quando nós sabemos que isso não é verdade.

Quanto ao segundo conflito, não poderíamos mais conviver com o nosso parque industrial, que obedece a uma matriz bem interessante, sem expô-lo paulatinamente à competitividade. Isso não significa que o estejamos expondo, como alguns disseram. O que estabelecemos foi uma nova política industrial e uma nova política de comércio exterior, perfeitamente compatíveis e conciliadas não somente com o discurso, mas com os compromissos que assumimos em campanha e com o nosso programa econômico. Essa exposição será feita mediante a edição das normas que vão regulamentar essa política, a serem baixadas pelo Ministério da Economia e pelo Banco Central. Nós não queremos expô-la de uma maneira total e absoluta, mas sim de uma forma paulatina, de uma forma segura, mas fundamentalmente sinalizando o nosso objetivo.

Em instante algum houve qualquer tipo de ingenuidade ao estabelecermos essa política até porque ela está perfeitamente enlaçada com aquilo a que me referi. Eu me lembro de que, durante a campanha política, quando propunha o fim dessas reservas, inclusive da reserva de informática, isso causava espanto em alguns setores: «Mas como? Não pode. Com isso não se pode mexer». Mas tem que ser mexido. A única maneira de trei-

narmos o nosso empresariado é submetendo-o à competitividade. E ele é competitivo.

Não tenho a menor dúvida de que o empresário brasileiro, quando fustigado na sua inércia decorrente do apadrinhamento e das proteções, — ele reage e reage bem. Na viagem que fiz à Europa, em diversas oportunidades, pessoas perguntavam: «O que é que nós podemos fazer para ajudar o Brasil?» E eu dizia que não estava ali exatamente para pedir a ajuda daqueles senhores, mas para levar a eles o nosso programa, aquilo que desejávamos implementar no Brasil — o Brasil que nós devemos construir. Se eventualmente esse Brasil que nós erigirmos, saído das urnas, for um Brasil que atraia o interesse desses senhores, eles serão muito bem recebidos, serão muito bem-vindos. E é isso que nós desejamos: nos engajar dentro do Primeiro Mundo.

Mas a grande realidade é que o Brasil estava muito atrasado em relação à evolução do mundo. E nós precisamos queimar etapas, precisamos vencer esse *gap* que existe, com atitudes como a que estamos tomando e que eu, pelo que tenho visto, tem sido bem entendida pelo mundo de um modo geral e, particularmente, pelo sistema financeiro internacional.

Trabalho e Salários

Marcos Sá Corrêa (Jornal do Brasil): Olhando de fora os seus primeiros cento e tantos dias, eles deixam a impressão contraditória de que em alguns pontos o senhor encontrou estruturas que estavam podres, e bastou encostar o dedo para caírem sem nenhum barulho — a gente inclusive fica sem saber por que isso não foi tentado antes. Por exemplo: todas as regulamentações que dizem respeito à distribuição de petróleo, cada vez que levam um peteleco caem, e não se consegue nem identificar interesses organizados para defendê-las. Em outros campos da sua trajetória, vão ficando claras as resistências que são maiores ao Governo do que as presumidas. Por exemplo, na questão da política salarial. A sensação que dá é de que o Governo está se

emaranhando numa sucessão de providências, sem conseguir encontrar uma fórmula. Então, eu queria lhe perguntar o seguinte: se o Governo empurra realmente o País, cedo ou tarde, para o caminho da livre negociação, ele não vai ser obrigado, uma hora ou outra, a forçar as empresas a abrirem a discussão do lucro? Não é a única fórmula realmente de fazer a livre negociação?

Presidente: Perfeito. Inclusive isso é constitucional. A Constituição prevê o instituto da participação dos trabalhadores, dos empregados, no lucro das empresas. Resta, tão-somente, como outros artigos da Constituição, regulamentá-lo via Lei complementar.

Marcos Sá Corrêa: Mas não é só participação nos lucros. Não devem existir mecanismos ou criar-se a praxe para que as empresas abram de uma certa maneira as suas contas, sem que seja através de uma quase intervenção sindical, para dizer: «Olha, eu posso dar tanto...»

Presidente: Veja bem, o que nós desejamos é que a livre negociação se estabeleça dentro do modelo clássico. O fato de a empresa abrir ou não as suas contas é objeto de uma livre negociação entre a empresa e o trabalhador. O Estado não pode interferir nisso. Ele pode agir, sim, oferecendo seu esforço, a sua participação para que sejam regulamentados artigos, como esse a que eu me referi, sobre a participação dos trabalhadores no lucro das empresas.

Então, é de se supor que se esse é um dispositivo constitucional que deverá ser brevemente regulamentado, portanto aplicável de imediato, e com força de Lei. É natural que o trabalhador que vai participar do lucro de uma empresa queira conhecer como aquele lucro foi formado. E isso será também objeto de uma livre negociação. Como eventualmente possa sugerir a sua pergunta, no momento em que o trabalhador tiver dúvida sobre se o lucro apresentado em balanço é rigorosamente aquele, ou, por algum motivo, está sendo escamoteado, acho que ele pode argüí-lo. E ele tem para isso respaldo de um dispositivo constitucional que garante a ele a participação no lucro

da empresa. Então isso seria objeto também da livre negociação.

O fundamental nessa questão da política salarial — e isso eu coloquei na última entrevista coletiva, aqui em Brasília, no auditório do Itamaraty — é que estabeleçamos algum mecanismo transitório que nos conduza do processo de intervenção total do Estado nas relações trabalhistas para a livre negociação. Instrumentos que, de alguma maneira, evitem que o trabalhador seja penalizado por atitudes de alguns empresários desprovidos do devido sentido social. Isso nós tentamos fazer, buscando criar esse mecanismo, através do Congresso, depois, através daquela possibilidade de entendimento, que estivemos a poucos passos de estabelecer, com a participação de todos — empresários, trabalhadores, consumidores, Governo — e que, infelizmente, talvez pela pouca observância da importância do momento, foi frustrada por aqueles que reagiram a esse entendimento.

Depois nós nos sentamos e tentamos, novamente, um entendimento via Congresso. Não se chegou ao entendimento e nós vimos chegar o final da primeira sessão legislativa e o início do recesso. Foi quando houve esse acordo, no Congresso entre as lideranças, de que, uma vez que não haveria tempo de votar a lei salarial, o Governo deveria enviar uma Medida Provisória para que o País não ficasse sem um parâmetro, até porque estavam sendo julgados diversos dissídios, nos TRTs e no TST, e estavam sendo concedidas liminares com reajustes de 160%, 180%. Por que a necessidade do parâmetro? Porque os próprios juízes não tinham como avaliar, não tinham como ter uma base em que pudessem se apoiar para fazer um julgamento em termos dos percentuais que estavam sendo solicitados. Chegando o recesso, não poderíamos esperar 30 dias sem que isso fosse observado. E foi isso que fizemos: no último dia 27 encaminhamos uma Medida Provisória, de comum acordo com o Congresso, salvo os partidos que estão nessa oposição, vamos dizer assim, sistemática.

Foi esse o sentido, o intuito da Medida. Mas o Congresso, sem uma razão maior, já que tinha havido um entendimento, se sentiu incomodado pelo fato de não ter legislado. E rapidamente

te começaram a gestar uma política salarial, que traz no seu bojo a indexação. E a indexação, como já afirmei, só traz dois caminhos: a hiperinflação ou uma brutal recessão.

Tínhamos que lutar contra isso. E a Medida Provisória traz um processo de reajuste com base nos últimos 12 meses, remetido para a data-base.

Os economistas todos, das diversas tendências, reconhecem que a política monetária executada pelo Governo está absolutamente dentro do figurino. Houve uma retração de 3% no meio circulante, uma coisa inédita no País. A nossa política fiscal continua vigorosa, também todos reconhecem. A reforma administrativa vai indo como nunca aconteceu com nada parecido no País, bastando constatarmos quantas empresas e autarquias que foram liquidadas, os conselhos extintos. Quanto à questão da privatização, alguns dizem: «Mas por que não começou?» É porque, para isso, também nós dependemos do Congresso.

A Comissão de Privatização que tinha que ser aprovada na Câmara já o foi, na última semana; a questão foi remetida para o Senado e o Senado ainda não apreciou a matéria. Faz parte do projeto de conversão que a Comissão de Privatização instituída pelo Governo teria que, depois de formada, ser submetida à aprovação do Congresso Nacional. Temos que cumprir esses rituais. Mas o processo está avançando, já estão escolhidas as primeiras empresas a serem privatizadas, o enxugamento da máquina continua.

Em suma, todas as políticas estão perfeitamente adequadas. Houve esse episódio da inflação de 9,1%, 9,6%, 10%, por aí. Tem alguma razão para isso? Não desejo jamais cair naquela tentação de dizer que é devido a isso ou aquilo. No passado, eu criticava quando se dizia que era devido ao chuchu, que era devido a algum produto. Mas hoje nós sabemos que essa inflação de 9% tem três componentes que estão fazendo com que ela permaneça nesse nível: alugueis, que trazem a inflação do cruzado; vestuário e os nossos hortifrutigranjeiros.

O restante está absolutamente sob controle, e para agosto, em função da política fiscal e dessa política monetária rigorosa, e não aceitando a tentação da indexação, aguardamos uma inflexão nos preços.

Ronaldo Junqueira (Correio Braziliense): Presidente, todo o mundo sabe, ou pelo menos a parte mais informada do País sabe, que o Estado brasileiro é perdulário, ineficiente e corrupto. O senhor não acha que foi um equívoco do seu governo anunciar, simultaneamente, uma reforma econômica e uma reforma administrativa, sabendo que iria enfrentar uma oposição brutal das estatais, do funcionalismo público? O senhor não acha que isso agravou alguns problemas? Estou longe de defender que o funcionalismo público não deva ser demitido. Não é essa a tese. Eu apenas pergunto se o Governo não poderia estar funcionando melhor caso essa reforma administrativa tivesse ficado para o segundo instante.

Presidente: Eu me permitiria dizer a você, Ronaldo, que não. Eu acho que tínhamos que começar agindo assim, até porque eu tenho alguma experiência — é claro que as dimensões são outras, mas os problemas são mais ou menos os mesmos. Eu encontrei isso na Prefeitura de Maceió, no Governo de Alagoas. Esse filme eu já vi, em outra dimensão, talvez não com essa pujança dos problemas de hoje, mas a reação é mais ou menos a mesma. Além disso, nós temos que cumprir a Constituição.

A Constituição diz o seguinte nas suas Disposições Transitórias: «A União, os Estados e os Municípios não podem ter as suas receitas correntes utilizadas em mais de 65% para o pagamento de pessoal». Aliás, eu pediria a permissão de vocês, para recordar que essa foi uma emenda apresentada por mim — assim como aquela dos marajás — ao Ministro Bernardo Cabral, que a incluiu na Constituição. Hoje esse artigo está nas Disposições Transitórias.

Esse limite de 65% deve ser alcançado à razão de 1/5 por ano, ou seja, há um prazo de cinco anos para fazer isso. E eu pergunto: como cumprir o dispositivo constitucional se você não pode demitir porque existe a estabilidade, não se pode reduzir os vencimentos porque há a irredutibilidade do salário,

não se pode colocar em disponibilidade com o pagamento proporcional ao tempo de serviço, pelo menos por enquanto, já que não existe uma decisão definitiva do Supremo? O Supremo entendeu, até o presente momento, pelo menos do ponto de vista de concessão de liminar, que a disponibilidade tem que se dar com o pagamento integral.

Por outro lado, a própria Constituição, se determina a irredutibilidade num artigo, permite, em outro, que os salários podem ser reduzidos mediante acordos firmados entre sindicatos e empregadores. Isso está na Constituição também. E nós verificamos, na prática, que isso está acontecendo agora: os trabalhadores fazendo acordo com empresas e reduzindo o seu salário, reduzindo a jornada. Por outro lado, há uma cobrança da sociedade para que o Estado faça a sua parte.

Os Cem Dias

Ronaldo Junqueira: Mas aí a meta anunciada de 360 mil demissões não foi muito ousada?

Presidente: Tudo depende do estilo. É a tal coisa, isso depende muito da maneira como você queira fazer. Acho que se eu tivesse começado a governar com o estilo «Não, espera aí, calma, vamos ver isso, vamos ver aquilo», muito pouca coisa teria sido feita.

Nós tínhamos que, de alguma forma, sacudir o País, acordar o País. Quando estabeleci o prazo de cem dias, foi mesmo para dar a idéia de nossa pressa e determinação, foi para dizer que as medidas eram para valer.

Se eu não tivesse estabelecido os cem dias, com um mês de governo o pessoal já estaria dizendo: «Ih, mas o Presidente chegou aí e até agora não fez nada. Já se passaram 30 dias». E ninguém ia se lembrar que há 120 dias atrás nós estávamos com uma inflação de 90% ao mês. Então, quando coloquei os cem dias, ao mesmo tempo em que balizava todo o Governo para

uma ação efetiva, eu transmitia à sociedade uma mensagem: «Bom realmente ele está aqui há 60 dias, mas o Presidente falou em cem . Vamos esperar que os cem dias se completem...

E o que verificamos também através da imprensa nunca foi a crítica ao prazo, e isso é muito interessante. Ao contrário, os comentários sobre as dispensas no serviço público, sempre foram: «Poxa, prometeu 360 e só demitiu até agora 60. Cadê os outros 300?» Ou seja, tem que demitir mais rápido, tem que dispensar mais rápido. Nós tínhamos uma outra dificuldade, que estamos superando. Como todos estão acompanhando no *Diário Oficial* e vem sendo publicado normalmente, aqui e acolá, fizemos um acordo com os trabalhadores para suspender temporariamente as demissões. Nas estatais, sobretudo, se estabelecem critérios, mas isso vai ser feito. Está sendo feito.

É preciso tomar cuidado para que não incorramos em alguns equívocos. Temos que ter cuidado para que esses nomes estejam atendendo aos critérios que foram estabelecidos. Outro dia, por um descuido, saiu na relação do Ministério da Agricultura um funcionário que havia detectado, por exemplo, a fraude na exportação da carne. Esse equívoco logo depois foi corrigido, e a pessoa reintegrada.

Acho que o *timing* foi correto, está sendo correto, por que a sociedade brasileira exige, e com justificadas razões, respostas rápidas para o atendimento das suas expectativas. São 20 anos de um processo inflacionário, são quatro planos que infelizmente não deram resultado, são dez anos efetivamente perdidos, não somente para o Brasil, mas acredito até para a América do Sul, e que nós precisamos recuperar rapidamente. A sociedade está desejando respostas rápidas para os seus reclamos, e é isso que estamos procurando fazer, até porque imaginamos que cinco anos de governo é um tempo considerável, mas é muito menor do que os desafios que temos pela frente. Se não nos ocuparmos nesses cinco anos, integralmente, na busca de solução para as questões nacionais, não estaremos cumprindo com aquilo que eu julgo seja o nosso dever.

Aqui também no governo o pessoal às vezes fala: «Presidente, reduza o ritmo. Não precisa fazer isso assim, não precisa fazer essa viagem, não precisa...». Mas é necessário, porque

sinto que a população deseja ação, deseja perceber que o Presidente está atento a tudo o que se passa. E é isso o que eu tenho procurado fazer, na medida do possível e na medida em que eu esteja habilitado a tal.

As Elites

Augusto Nunes (O Estado de São Paulo): Presidente, o senhor tem dividido as elites, grosso modo, em duas categorias: as modernizadoras e as que não se interessam pelo futuro do País, que não têm interesse pelos destinos do País. O senhor poderia mencionar alguns setores ou entidades que se enquadram nessa segunda categoria dos que não se interessam: Aliás eu pediria ao senhor que mencionasse também alguns exemplos dos que são modernizadores.

Presidente: Com a permissão de todos, particularmente a sua, Augusto, eu pediria para não mencionar nomes para não criar constrangimentos. Nós sabemos e notamos que nesse País existe uma elite responsável que é exatamente aquela que não precisa dos favores do Estado, que abdica desses favores, que sobrevive competitivamente, apesar do Governo. Essas são as elites que eu diria modernas e competitivas: aquelas que sobrevivem apesar do Governo. Ou seja, não só não têm nenhum tipo de ajuda nem se submetem a nenhum tipo de paternalismo do Estado, como conseguem superar os entraves que o Estado coloca para o desenvolvimento da sua atividade. Esses são os modernos, esses são os competitivos, esses são os eficientes.

No outro extremo estão aqueles empresários que somente conseguem sobreviver com o Governo. Retirada a ajuda do Governo, a colaboração do Governo, retirado o cartório do Governo, retirada a proteção do Estado, eles não estão preparados para sobreviver. Esses representam o atraso, o oposto do discurso que eles próprios fazem. Nessa universidade que para mim foi a campanha eleitoral, eu vi muitas vezes pessoas com um

discurso favorável à abertura da economia, à inserção do Brasil de uma forma competitiva no cenário internacional. E eu olhava para o sujeito e pensava: «Meu Deus do Céu, mas esse vai ser a primeira vítima, porque ele vai ter que se mostrar competitivo e ele não é. Ele está vivendo amparado nas benesses do Governo». Esse discurso deles é só para o vizinho: «Desde que não pegue a mim, tudo muito bem.»

Essa é a diferença que eu faria basicamente entre as elites. As elites que eu classifico como responsáveis, modernas, estão dispostas a enfrentar, a encarar o mundo de hoje e sobreviver apesar do Governo. Os outros não conseguem sobreviver se não tiverem a participação e a proteção do Estado.

Relação com a Imprensa

Evandro Carlos de Andrade (O Globo): As questões de comunicação costumam ser tidas como cruciais para o resultado de uma administração. Então, minha primeira pergunta é por que, pela primeira vez no seu governo, estão sendo convocados editores de jornais, mudando a prática das entrevistas coletivas que foram feitas até agora?

Presidente: Espero continuar com a prática das entrevistas coletivas, pois a acho muito salutar. O fato de eu ter formulado esse convite para essa nossa conversa de hoje, — e quero agradecer o fato de vocês terem aceitado esse convite — não significa em nenhum momento uma interrupção nessa prática das entrevistas coletivas, nem muito menos que eu esteja desmerecendo a boa qualidade dos trabalhos que vêm sendo executados pelos jornalistas credenciados junto ao Palácio do Planalto. É que nós estamos há mais de cem dias no governo e não havíamos tido ainda a oportunidade de conversar como hoje estamos fazendo. Afinal, os senhores representam 100% ou quase isso em termos de veículos de circulação nacional, e tenho como fundamental essa oportunidade de tratarmos desses assuntos que es-

tão aí no dia-a-dia, que são a pauta que os senhores fornecem a seus quadros de repórteres. Essa é uma iniciativa que eu gostaria, se todos os senhores estiverem de acordo, que também virasse uma praxe. Quem sabe de três em três meses, de 60 em 60 dias, pudéssemos nos reunir com os diretores de redação, os editores. Até imaginávamos chamar também alguns de televisão, mas não é apropriado porque é um outro tipo de linguagem, é um outro tipo de *approach*. Depois espero fazer o mesmo tipo de contato com as televisões. Mas o objetivo é meramente o de esclarecer todos os pontos da nossa ação, enfim, colocar também os nossos problemas, as nossas dificuldades, as nossas angústias, para poder continuar a ter nos senhores os críticos construtivos que venho encontrando na imprensa brasileira de um modo geral.

Relação com o Congresso

Jornalista: Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao senhor pelo convite e gostaria de perguntar ao senhor, em particular, sobre a base política de sustentação do Governo. Nas votações iniciais do Congresso Nacional, o senhor teve vitórias expressivas. Com o tempo, parece que a base parlamentar do Governo está se estreitando, e o senhor vem enfrentando dificuldades. Eu gostaria de saber do senhor como pretende agir em relação ao Congresso para buscar a ampliação dessa base parlamentar até as eleições, e como pretende atuar nas eleições para conseguir constituir uma bancada parlamentar, para os seus próximos quatro anos de mandato, que lhe dê sustentação. Gostaria de saber se o senhor vai apoiar candidatos aos governos estaduais, se vai subir nos palanques e quais serão os seus critérios para o apoio a candidatos ao governo e ao Legislativo nas eleições de outubro.

Presidente: Talvez pudéssemos começar um pouco mais do fundo. Há uma total e absoluta incompatibilidade entre um regime presidencialista e um sistema partidário forte, consistente e dou-

trinário. A ser verdade que uma democracia só pode ser duradoura no momento em que encontrar uma base de sustentação em partidos assim constituídos, nós depreendemos, sem que haja aí nenhuma tendência de catastrofismo, que um sistema democrático duradouro é incompatível com o sistema de governo presidencialista.

O presidencialismo mói o sistema partidário, aniquila o sistema partidário. Portanto, sempre vai ser muito difícil se estabelecerem partidos em função de uma doutrina, em função de um ideal. Isso eu tenho muito presente.

Nós fizemos uma campanha eleitoral, e uma campanha eleitoral que foi vista no início como uma doce aventura de um jovem governador de Estado, sem maiores conseqüências. No decorrer da campanha foi-se verificando que era muito mais do que isso. Além do romantismo, do ideal que foi o grande êmulos da campanha, nós tivemos a felicidade de verificar que nossas ansiedades eram quase que idênticas às de grande parte da sociedade brasileira. Houve, portanto, essa sintonia e essa identificação.

No decorrer do processo, e já aí quando eu estava com índices alentadores nas pesquisas de opinião, recebi diversas ofertas de apoio de pessoas que queriam ingressar no partido, um partido recém-criado.

Nunca estimei isso, a prova aí está. A bancada do PRN, durante toda a campanha, não ultrapassou 21 ou 23 deputados. E eu poderia, já nesse período, ter começado a engordar o PRN. Depois da eleição não preciso nem dizer. Era o primeiro Presidente eleito depois de 30 anos, em dois turnos. Tudo isso facilita bastante a incandescência do poder, que já é uma coisa bem atrativa para as pessoas que têm uma visão fisiológica e oportunista do processo político.

Em nenhum momento admiti conversas sobre a criação de um partido forte, um partido majoritário, ou de estabelecer coligações que dessem nisso ou naquilo, com base no interesse pessoal. Ou seja, se fôssemos construir uma base de sustentação nessa relação de cargos, apoio, coligações, estaríamos incorrendo no mesmo erro que no passado tanto criticamos.

Quanto à costura e alianças, quis que fosse feita em torno de um ideal: o da compreensão do momento difícil que o País atravessa, da percepção de que talvez não nos seja dada outra oportunidade, dentro de um regime democrático, para resolver essas situações. A questão não é do Presidente, não é de um partido ou de dois, mas da sociedade como um todo, e devemos todos estar engajados nesse processo.

Foi com o chamamento ao interesse público que essa convocação encontrou eco no Congresso Nacional — daí as grandes vitórias, não que o Governo alcançou, mas que a sociedade toda alcançou. Não foram vitórias do Governo, absolutamente. Foi um movimento articulado pelo Governo, mas que representava o desejo da sociedade.

A partir daí, a questão do que parecia ser somente o interesse público começou, por um processo de cissiparidade, a mostrar também o interesse particular e pessoal envolvido nela — ou a expectativa de que o interesse pessoal viesse a ser atendido. E aí começaram as demandas, as solicitações que, infelizmente, não podemos atender, porque temos que priorizar a meritocracia, que é o que também falta no serviço público. Nós não podemos preparar o País para um regime parlamentarista se não tivermos uma burocracia fundada no mérito.

Então, fico muito satisfeito quando hoje olhamos essas estatais, como a PETROBRÁS, e percebemos uma administração profissional, de excepcional qualidade, atuante, moderna e um corpo de funcionários e uma diretoria que vêm se conduzindo com muita competência. Você vai para Furnas e é a mesma coisa. ELETROBRÁS, a mesma coisa. Na TELEBRÁS, a mesma coisa. Na EMBRATEL, a mesma coisa.

Não subsiste mais aquele quadro, de difícil compreensão em que um diretor era representante da dissidência de um partido no Estado «x», o outro diretor representante do partido «y» e assim por diante. A coisa nunca podia andar, porque no momento em que se reunia a diretoria para tratar do interesse de uma dessas estatais — por exemplo, no que tange à questão de investimentos —, cada um representava o interesse de uma facção, de um partido, e portanto queria levar os investimentos pa-

ra tal lugar, atendendo a reclamos partidários muito mais do que aos reclamos da própria empresa ou do Governo. No momento em que isso não pôde mais ser feito, começou a haver uma certa insatisfação no Congresso: «Porque não fui atendido nisso, não fui atendido naquilo». E nós sempre procuramos conversar: «Olha, a coisa não pode ser feita dessa maneira. Nós todos nos comprometemos em mudar os métodos. Não podemos mudar o Brasil se não mudarmos a prática. Temos que mudar a prática».

Enfim, houve um momento difícil no que diz respeito à questão da sustentação, mas hoje, já ultrapassada essa segunda fase desse incômodo maior de alguns setores do Congresso, me parece que todos estão, pelo menos a maioria, conscientes do papel que têm que desempenhar nesse momento da vida nacional. Um fato que nos preocupa muito é verificar que a classe política vem sendo bastante desprestigiada na avaliação da sociedade. Isso está retratado também em pesquisas. O desinteresse da população em votar para deputado e para senador também é algo palpável e evidente. E não se reconquista a confiança da sociedade sem que se tomem atitudes vocacionadas para o interesse público. É isso que me parece estar acontecendo no Congresso Nacional agora, até tendo em vista a proximidade das eleições.

Não tenho nenhum interesse, nenhum desejo de constituir um partido hegemônico nem uma base de sustentação parlamentar utilizando esse instrumento e essa prática, absolutamente fora da ortodoxia, de oferecer cargos em função de apoio. Eventualmente, alguma sugestão que seja feita e que coincida com o princípio do mérito, da competência e assim por diante, e que tenha a simpatia de um dos integrantes do Congresso, não vai encontrar nenhum preconceito de nossa parte.

Mas isso não será uma prática independente do mérito ou da qualificação que se deseja para o exercício de uma função. Então, não há nenhum desejo meu de ter partidos ou partido hegemônico, senão já estaria trabalhando nesse sentido.

Quanto às eleições que se aproximam, meu comportamento será de absoluta equidistância. O exemplo maior está em Ala-

goas, meu Estado, onde temos dois candidatos, ambos ligados a mim, de muitos anos, mas que não conseguiram se entender e cada um oferece a sua candidatura por partidos diferentes. O que eu não posso fazer é, com a minha atuação, tentar, de alguma forma, modificar a intenção do eleitor. Apesar de pouco tempo na política, já sofri muito e em todas as lutas de que participei quase que solitariamente, com um grupo de meia dúzia de pessoas, lutei bastante. Então, acho que cada um também deve fazer o caminho com os seus próprios pés, deve fazer a sua própria caminhada. Por isso não interferirei em nenhum instante, nem em candidatura majoritária, nem em candidatura proporcional.

Eu entendo, isso é perfeitamente humano, que diversos candidatos estejam colocando que são candidatos do Presidente, são amigos do Presidente. Não posso, por motivos óbvios, ficar toda hora respondendo: «Não! Não é verdade isso, não é verdade aquilo». Todos, de alguma forma, estão querendo juntar a sua imagem à imagem do Governo. Da mesma forma — e isso seria também humano e eu entenderia perfeitamente —, esse movimento seria inverso se o fato de dizer que é ligado ao Presidente não fosse, do ponto de vista eleitoral, produtivo. Isso é uma coisa da natureza humana. Portanto, não pretendo interferir.

Não interfiro em nenhuma decisão a nível de partido e desejo, saído o resultado dessas eleições, fazer prevalecer no novo Congresso aquilo que estamos tentando fazer prevalecer neste. Ou seja, na política, quando não obedecido o interesse público e quando a ação não está impregnada de ideal, converte-se numa profissão vil.

A política, dentro do conceito de obediência ao interesse público, de atenção a um ideal, essa sim é uma atividade nobre, e é desse modo que a gente tem que estabelecer a prática política daqui por diante. E torcer para que esse Congresso seja de um bom nível, a fim de que possamos nos preparar para a transição rumo ao parlamentarismo. Com um Congresso que não esteja obediente às boas práticas que devem ser exercidas na atividade pública e com uma burocracia não profissionalizada, é claro que pensar em parlamentarismo torna-se bem mais difícil.

As Eleições

Jornalista: Com o povo, no segundo turno, uma aliança de governadores também não lhe interessa?

Presidente: Não.

Jornalista: E governar em minoria parlamentar, se for esse o preço dessa sua atitude, também não lhe causa o menor problema?

Presidente: Em Alagoas eu passei dois anos e dois meses governando em minoria. É claro, minha gente, que é muito mais difícil. É complicado.

Jornalista: Aqui são cinco anos, não é?

Presidente: Aqui são cinco anos.

Jornalista: Um exemplo concreto. No caso do Rio de Janeiro, se para o segundo turno for provavelmente um adversário seu, o engenheiro Leonel Brizola contra o Senador Nelson Carneiro, candidato do PMDB, mesmo assim o senhor vai ficar equidistante na eleição?

Presidente: Sim, porque há uma coisa fundamental, que todo dia de noite eu coloco na minha cabeça: uma pessoa como eu, que chega aos 40 anos de idade à Presidência da República pelo voto direto, sendo votado duas vezes, sendo Presidente de um país como o Brasil, não tem o direito de constituir adversários. As pessoas podem se autoconstituir adversários meus, até mesmo por uma questão político-eleitoral. Mas eu não posso fazê-lo.

Jornalista: Mas o senhor tem o direito de consolidar amizades?

Presidente: Isso sim. E é o que eu procuro fazer: consolidar as amizades que já possuo e fazer novas se for possível.

Jornalista: Mas no exemplo carioca, Presidente, o senhor não acha que, mesmo que o senhor nem se manifeste, o eleitorado vai entender que o senhor teria preferência por um candidato? Até isso o senhor vai procurar evitar?

Presidente: Isso é natural. Em alguns estados, pelo fato da disputa ter sido muito acirrada, a população sabe muito bem quem é quem. Alguém que se posicionou virulentamente contra a minha candidatura no decorrer da campanha eleitoral — estamos raciocinando aí por absurdo —, se essa pessoa quisesse se apresentar como uma figura vinculada ao Presidente da República, a sociedade constataria a falsidade.

Do mesmo modo, se chegar uma pessoa que no decorrer da campanha esteve sempre em apoio à minha candidatura, que se expôs, se essa pessoa no palanque disser que é ligada ao Presidente da República, eu vou dizer que é verdade, que vi esse sujeito me defendendo.

Jornalista: Então o senhor não vai botar o pé em nenhum palanque?

Presidente: Nenhum palanque.

Estatais

Jornalista: Eu só queria voltar àquela resposta anterior sobre as estatais. O senhor mostrou a vantagem de não fazer nomeações para as diretorias por interesses políticos. Por outro lado, os acionistas majoritários não têm representação nas diretorias dessas empresas estatais. Isso não cria o risco de que as corporações dessas empresas acabem se transformando naquilo que se

chama «nomenclatura», ou seja, criando para a si próprias os privilégios que não são dos padrões dos trabalhadores, do povo brasileiro?

Presidente: Esse é um dos embates que temos. Sem dúvida, a sua pergunta é absolutamente procedente e se associa a uma preocupação nossa. Essa «nomenclatura» já existe, não somente na Petrobrás, mas em todas essas grandes estatais. Isso é inegável. Tanto assim é que, no decorrer da campanha eleitoral, todas elas foram muito críticas em relação à minha candidatura. Elas se colocaram numa posição de oposição frontal, porque eles tinham certeza de que eu iria desmontar, peça por peça, essa engrenagem. E já comecei a desmontar. E vou desmontar porque isso conflita com todo esse ímpeto de modernidade, de eficiência, de combate aos privilégios.

Essas fundações estatais são um dos maiores absurdos de que já se tem notícia, não só no Brasil mas no mundo. Não tem nada parecido com isso. Com o dinheiro de quem? Do contribuinte, com o nosso dinheiro.

Para que os senhores tenham uma idéia, o cálculo que fazíamos das aplicações dessas fundações no total diário que girava no *overnight* era de 50 bilhões de dólares. A estimativa que tínhamos era uma coisa monumental. Esses números, quero fazer uma ressalva, estão sujeitos à confirmação, porque são de estimativas na época da realização do plano. Só perdiam em aplicação para as seguradoras, que possuíam um volume de recursos aplicados maior que as fundações estatais.

Esse desmonte a gente já começou a fazer. Não podemos permitir corporações nem do lado patronal, nem do lado dos empregados, dos trabalhadores. A corporação patronal representa o capitalismo selvagem, que tem como antípoda o sindicalismo selvagem, que representa a corporação do outro lado da linha. A gente tem que desmontar tanto uma corporação quanto outra. Existe algo mais excrescente do que esse imposto sindical? Isso não é uma coisa que se coadune com o que estamos preconizando.

Depois vem a questão da representatividade. Na Petrobrás já conseguimos constituir uma diretoria profissional, de pessoas

vinculadas à própria empresa, que têm amor à empresa, mas que não têm essa visão corporativista. Eles têm a visão de uma empresa livre, aberta, eficiente, de uma empresa que busca o seu espaço sem que o Governo interfira, sem que fique pressionando na questão das tarifas de preço de combustível, disso ou daquilo. Isso nós já começamos a fazer.

Congresso e Salários

Evandro Carlos de Andrade: O que está sendo passado para a opinião pública, principalmente vindo do Congresso, é que o senhor colocou uma lei salarial dura, do ponto de vista de quem vai para a campanha defender essa lei salarial perante o eleitorado. E que aí haveria uma espécie de «acórdão»: o Congresso finge que não vota a lei, e o senhor finge que vai vetar a lei deles. O senhor pode, porque, afinal de contas, a sua eleição já foi há algum tempo atrás. Então os congressistas diriam: «Nós não vamos votar essa Medida Provisória, o senhor fica aí com ela. Agora, nós temos esse projeto aqui, que é o projeto ideal para salvar o País». Como, no momento, o que têm que salvar é a cara deles na eleição, evidentemente o senhor vetaria o projeto deles, e permaneceria em vigor o seu.

Presidente: Eu não faço isso de jeito nenhum. Inclusive, nós conversamos aqui longamente, quinta-feira à noite, o Deputado Renan Calheiros, o Deputado Ricardo Fiuza, o Deputado Humberto Souto — depois eu convoquei o Professor Kandir —, os líderes dizendo que havia esse projeto lá no Congresso, que estavam falando em indexação, e procurando ver se havia algum modo de conciliar. Eu disse a eles: «Absolutamente, não há nenhuma possibilidade, eu não posso aceitar nenhum tipo de indexação, porque, se eu aceitar a indexação, estarei sendo responsável pela condução do País ou à hiperinflação ou a uma brutal recessão. Quero dizer a vocês que isso é um absurdo, isso é um crime contra o País. Nós não podemos, absolutamente, fazer isso»: Eles disseram: «Bom, e se isso for aprovado?» Respondi:

«Se isso for aprovado, eu não terei como sancionar. Eu aporei meu veto». E perguntei ao Professor Kandir: «Há alguma alternativa para que possamos melhorar a nossa proposta, e para que isso seja feito como um projeto de conversão?» Conversamos, e o Professor ofereceu algumas sugestões, mas nenhuma que eu tenha achado que pudesse, em algum instante, servir de ponto de concórdia nesse entendimento.

De modo que isso eu não faço. Podem até estar dando essa interpretação, mas isso eu não faço.

Evandro Carlos de Andrade: Nem a indexação até três salários mínimos?

Presidente: Mas sabe o que significa a indexação até três salários mínimos? É que 44% da massa salarial estão na faixa de um a três salários mínimos.

Evandro Carlos de Andrade: É, e 80% do eleitorado.

Presidente: Mas é a tal coisa: você não pode querer servir, nesse momento, a um e a outro. Eu acho que o momento é de todos nós servirmos à Nação, ao País. E isso nos impele, definitivamente, para a consolidação desse programa e para a manutenção dessas regras, incorrendo aí no risco de incompreensões por parte de companheiros do Congresso. Mas nós não podemos agir de maneira diferente.

Fundações Previdenciárias das Estatais

Jornalista: Eu queria pedir licença para uma pergunta extra. Respondendo ao Evandro, o senhor tocou num vespeiro, que é a discussão dessas fundações previdenciárias, como um grande exemplo da deformação a que chegou o corporativismo dentro das estatais. Eu acho útil esclarecer melhor em que ponto o senhor enxerga realmente isso como deformação.

Presidente: A restrição ao repasse de recursos das empresas para essas fundações é, inclusive, objeto de uma das Medidas Provisórias já aprovadas pelo Congresso Nacional.

Ficou proibido às empresas estatais repassarem recursos do seu orçamento para as fundações. Em geral, acontece o seguinte: o fundo é constituído por 20% de desconto feito do salário dos funcionários da estatal, e 80% de recursos da própria empresa. E eu não diria que essas fundações tenham nascido somente com essa filantrópica intenção de atender aos reclamos dos seus funcionários. Há outros interesses também, porque essa é uma maneira que se tem de fazer a política clientelista no universo da estatal. E se faz muito. Agora, também é verdade que, para formação dessas fundações concorreu muito o fato — e esse é que foi o grande chamariz para a gênese dessas fundações — de que a previdência oficial não funciona adequadamente. E eles dizem: «Mas se houver um problema de saúde com o nosso trabalhador, o nosso funcionário, nós vamos deixá-lo nessas filas do INAMPS, do INPS, com três meses para marcar uma consulta, quatro meses para ser operado? Não pode. Os nossos funcionários têm um nível mais elevado, precisavam ter um atendimento melhor».

É verdade que isso serviu de fator de aceleração e de disseminação dessas fundações. Mas um erro não pode provocar outro. O que temos que fazer é corrigir as distorções que continuam a existir no sistema previdenciário brasileiro. Mas essas distorções só poderão ser finalmente encerradas quando tivermos recursos, disponibilidades orçamentárias para fazer frente a essas demandas; quando tivermos, por exemplo, um quadro funcional, burocrático, altamente responsável.

Ainda há poucas semanas, vimos no noticiário um caso que não acontece somente no Rio de Janeiro, mas no Brasil inteiro. Em Alagoas mesmo, quando assumi o governo do Estado, 80% dos funcionários da Secretaria da Agricultura estavam lotados em Maceió, na capital, 70% do pessoal da Secretaria de Saúde também. Então isso é geral, no Brasil inteiro. No Rio, médicos que fizeram concurso, especificamente, para lotação no quadro de funcionários do Hospital da Posse, passaram lá um determinado período e pediram transferência do Hospital da Posse, em

Nova Iguaçu, para Ipanema ou Leblon, porque ficava mais perto de onde eles moravam. Quando, nessa reforma, eles foram chamados a retornar ao seu local original de trabalho, eles se reuniram e disseram simplesmente que não voltariam, porque ficava muito longe de Ipanema, onde moravam.

Imagine um trabalhador de uma fábrica em Taubaté, que de repente, por um motivo ou por outro, vê a fábrica mudando para São Bernardo do Campo e diz: «Não, eu não saio daqui, a fábrica se quiser que permaneça aqui, porque eu fui empregado aqui em Taubaté e não vou trabalhar lá». Isso não se pode admitir como uma atitude acertada. A culpa é dos médicos? Eu não diria tanto. A culpa é de um sistema viciado, anacrônico, sem contato com a responsabilidade que é exigida de um funcionário público, que se queira merecedor da contrapartida que recebe pelo serviço prestado, que é o salário. São diversas distorções, são problemas enormes e resistências que temos encontrado. Quanto à questão da legislação, de um modo geral, temos um exemplo recente. Assistimos há dois dias o episódio de o dono de um posto que reduziu o preço da gasolina e recebeu um telex dizendo que não podia fazê-lo. No fundo, quem mandou o telex, cumpria normas. Realmente há uma portaria dizendo que tal não podia ser. Faltou talvez a essa pessoa a sensibilidade de, antes de mandar o telex, advertir o seu chefe imediato, ou o secretário nacional da área, ou o Ministro, enfim, para o que estava havendo. E o dono do posto, agindo em perfeita coerência com tudo o que a gente está pregando, recebe de uma autoridade o aviso de que é proibido vender gasolina mais barata.

Jornalista: Teve a vantagem da repercussão.

Presidente: Sim. Mas isso porque na mesma hora eu liguei para o chefe do Gabinete Militar pedindo para procurar o dono do posto e parabenizá-lo, falei com o Ministro da Infra-Estrutura... Enfim, devem ser tomadas atitudes imediatas. Mas tem disso. O rótulo de cerveja no Brasil não pode ter mais do que três cores. Se a gente aqui quiser montar uma cervejaria e quiser fazer um rótulo com quatro cores não pode, a lei impede. Se eu moro em Brasília, não posso ir à Goiânia comprar um

carro. E quem mora em Goiânia não pode comprar um carro aqui em Brasília. Os problemas são muitos, volumosos.

Essa questão da Previdência nós temos que resolver investindo mais no setor, exigindo mais dos profissionais que trabalham no setor, o que só poderemos fazer no momento que pudermos oferecer a eles condições dignas de trabalho e salários condignos. Para isso precisamos ter dinheiro. Não se faz política social sem recursos. E só poderemos ter esses recursos — e recursos próprios, para não termos, como foi feito há algum tempo, que nos endividar.

No momento em que tivermos um orçamento equilibrado, as nossas despesas contidas, os nossos gastos absolutamente controlados, de modo a que o Estado gere, de si próprio, superávit, então, reteremos recursos para aplicar nessas áreas sociais que estão inteiramente desacreditadas, no que diz respeito à prestação de serviços públicos, perante a sociedade.

Desregulamentação

Alon Feuerwerker (Folha de S. Paulo): Presidente, o senhor falou do caso do posto de gasolina, do rótulo de cerveja e de comprar carro em outro estado. O que o seu Governo pode apresentar até o momento como realização na área de desregulamentação, e quais são as suas metas concretas, práticas, nessa área, que sejam perceptíveis pelas pessoas comuns?

Presidente: Eu pediria depois ao Secretário de Imprensa, Cláudio Humberto, que oferecesse ao Alon a relação do que já foi feito até agora no que diz respeito à desregulamentação. Mas vejamos, por exemplo, a questão da legislação onde estamos muito atentos à nossa própria experiência. Vamos supor: nós temos hoje quase cem mil decretos, 50 ou 60 mil leis complementares. Naturalmente, faz parte da desregulamentação esse trabalho de limpar, de rever a legislação que já não tem mais por que existir. Esse é um trabalho permanente. Por mais que a

gente faça nesses cinco anos, o próximo Presidente terá que ter isso como trabalho permanente. Isso não pode parar, porque é preciso facilitar a vida do cidadão, retirando a intervenção do Estado ao máximo possível.

Nesse particular da desregulamentação, além dos casos que nos chegam, agora foi montado aqui no Palácio, um sistema de atendimento telefônico para receber denúncias de qualquer pessoa que veja algum absurdo desses. Foi por denúncias como essas que surgiu a do posto de gasolina. Nunca poderia imaginar que houvesse uma lei proibindo vender qualquer coisa mais barata. Uma regulamentação impedindo que venda mais caro seria compreensível, mas mais barato, não.

Gostaria de fazer comentários, também, sobre a questão da Constituição. Muitas vezes as pessoas dizem que o Presidente está ferindo a Constituição. Em momento nenhum isso ocorreu. Todas as medidas e mensagens que temos encaminhado temos tido a preocupação da observância aos ditames constitucionais. O que estamos vivendo é o exercício de algo extremamente novo. A Constituição saiu do prelo agora, em outubro de 1988. E, pela primeira vez, dentro de um regime democrático, constituído pelo voto popular, estamos exercitando essa Constituição. Qualquer um de nós, discutindo qualquer tipo de assunto, se formos nos socorrer da Constituição, do que lá está colocado, *lato sensu*, sempre encontraremos algum ponto obscuro, no sentido de alguma coisa duvidosa, porque falta a legislação complementar que regulamenta o artigo constitucional.

Então o que está acontecendo no País, hoje, é que cada um dos Poderes está exercendo suas atribuições na plenitude e nos limites de sua competência. No momento em que envio uma medida, e ela é considerada inconstitucional pelo Congresso ou por quem quer que seja, que se remeta a questão à apreciação do Judiciário para a palavra final. Com isso estamos de alguma maneira formando jurisprudência e preenchendo a lacuna criada pelo fato de a Lei Complementar, por qualquer motivo, não ter sido ainda votada pelo Congresso Nacional.

Por exemplo, chega-me às mãos uma mensagem, uma lei para sanção. Se esse projeto de lei nascido no Congresso Nacional é absolutamente inconstitucional, no nosso parecer, será

que isso significaria que o Congresso Nacional está querendo ferir a Constituição, inclusive depois de isso ter passado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e ter sido aprovado? Não. Absolutamente. Esse Projeto, dizia o seguinte: após a realização de visita ou missão oficial ao estrangeiro, o Ministro de Estado das Relações Exteriores apresentará relatório circunstanciado ao Congresso Nacional. Artigo segundo: O relatório esclarecerá minuciosamente: a) os motivos determinantes da viagem; b) a natureza dos entendimentos mantidos; c) os resultados alcançados. Parágrafo único: Quando forem firmados atos internacionais, o relatório se fará acompanhar de cópia autenticada. Artigo terceiro: Qualquer membro do Congresso Nacional poderá requerer informes complementares sobre assuntos que julguem não ter sido suficientemente esclarecidos. E por aí vai.

Parlamentarismo e Presidencialismo

Jornalista: A propósito do parlamentarismo, Presidente, curiosamente, é do conhecimento público que o senhor é parlamentarista, é um Presidente com pouco mais de cem dias que toma a iniciativa de falar no parlamentarismo, que será submetido à vontade da Nação num plebiscito. O senhor acha possível haver parlamentarismo que funcione com esse sistema partidário vigente? Sem que haja ou o voto distrital ou o voto distrital misto?

Presidente: Bom, o sistema partidário é esse. A gente tem que saber por onde começar. Se nós concordarmos que o sistema presidencialista é incompatível com um sistema partidário forte e consolidado, nós temos que escolher. E como é que a gente começa: constituindo partidos fortes, ou pelo parlamentarismo? E se o regime é presidencialista, como é que a gente vai constituir partidos fortes? Isso é algo que tem que ser bem ponderado. É por isso que eu colocava aqui o esforço que cada um de nós deve fazer para que o futuro Congresso seja um Congresso dotado, na sua imensa maioria, desse sentimento, impregnado

desse sentimento, porque isso facilitaria bastante. A questão do voto, no meu entender, deve ser pensada em termos do voto distrital misto. Porque o voto distrital — ao nível do Sul, não, mas ao nível do Norte e Nordeste, sim — cristaliza oligarquias, sobretudo rurais, que atravancam o processo. Então nós temos que fazer um voto distrital misto: por exemplo, um estado eventualmente se constituir num distrito, ao invés de dividir o estado.

Jornalista: O senhor pretende tomar a iniciativa nessa questão?

Presidente: Não. Tenho conversado com os líderes do PSDB no Senado e na Câmara, trocado algumas palavras sobre essa questão. Mas isso deverá ser de iniciativa do próprio Parlamento, já que tudo tem a ver com o Parlamento. O Presidente da República não deve avançar nesse terreno para deixar o Parlamento oferecer suas sugestões.

Jornalista: Na formação de partidos, o senhor não quer interferir. Na mudança do sistema eleitoral, não quer e não convém que mexa. A sua parte é fazer a emancipação política da burocracia? Quanto menos houver mecanismos que articulem a administração pública com os interesses partidários pode significar que se caminha mais para perto do sistema parlamentar?

Presidente: Sem dúvida. Acho que tudo isso leva a facilitar, a aplinar o caminho do parlamentarismo.

Jornalista: O senhor está fazendo isso com um propósito, ou isso é uma consequência?

Presidente: Eu diria que é uma coisa subconsciente. Eu até acho que falei com o Augusto Nunes (do jornal *O Estado de São Paulo*) outro dia uma coisa muito interessante. Não sei o que ele disse, não me lembro, mas eu dizia o seguinte: em tudo o que a gente fala, em tudo o que a gente escreve, em tudo o que a gente faz, há a parte de Deus, que é a parte em que a população e as pessoas entendem de uma maneira positiva, às vezes até melhor do que a gente quis expressar, e há a parte do diabo,

que é a parte em que as pessoas entendem de uma maneira inteiramente diferente aquilo que você quis dizer.

Mal comparando, porque esse caso que eu vou citar não seria nem um caso de Deus nem do diabo, mas apenas da interpretação que foi dada, eu como colaborador de *O Estado de São Paulo* para eventos esportivos, num dos artigos que escrevi, coloquei o seguinte: «O Brasil jogou com régua, compasso e esquadro. Jogou um jogo quase que científico». Não citei se era bonito ou feio. «Enfim, jogou com aplicação, jogou cautelosamente e tal». Na reunião dos cem dias de Governo, ao sair, eu fui cumprimentar um a um, os meus Ministros, e um deles disse assim: «Presidente, o que o senhor quis dizer com aquele negócio de régua, compasso e esquadro?» Eu tentei explicar. Ele insistiu: «Aquilo não foi nenhum recado que o senhor mandou?» Eu falei: «Recado? Não». E ele: «Não foi nenhum SOS?» Eu: «SOS? Não». Aí ele me puxou, me pediu para conversar num canto e disse: «Não, é porque isso na linguagem maçônica significa pedido de socorro». Você veja que coisa interessante. E eu falei: «Não. Deixa pensar que é isso mesmo. Se não for para o Governo, é socorro para a seleção». Mas veja que coisa interessante.

É uma questão de interpretação — aquilo que está sendo colocado pelo Marcos (Marcos Sá Correia, *Jornal do Brasil*). Quem sabe isso não seja uma coisa subconsciente? Veja bem, no momento em que você alerta, a gente verifica que é perfeitamente compatível e até uma exigência que possamos, dentro de alguns anos, ter um regime parlamentarista, que só pode existir com um Parlamento dotado de muito espírito público, com um Parlamento inteiramente voltado para as causas nacionais e uma burocracia profissional.

O Deputado Delfim Netto, outro dia, conversando comigo, dizia que ele passou 17 anos como Ministro e Embaixador, alguma coisa assim. E que ele, depois que deixou a Embaixada e antes de ser candidato a deputado federal, passando por Washington, visitou a Federal Reserve e encontrou o mesmo sujeito que chefiava a burocracia do Federal Reserve há 17 anos atrás. O mesmo sujeito, na mesma sala. Entra governo, sai governo, é demitido o Secretário do Tesouro, entra outro Secretário, entra

Secretário do chamado Banco Central deles lá, e o camarada está lá. A Itália, quando eu fiz uma viagem como candidato, estava há 50 dias sem Primeiro-Ministro.

Jornalista: E a população não notava isso?

Presidente: Pois é, ninguém notava. Não que não faça falta; é claro que faz, mas a máquina funcionava naturalmente, normalmente, porque havia esse profissionalismo burocrático. Aqui, imagina! E nisso eu tenho que dar a minha mão ao Dr. Ulysses — não somente por isso, mas por várias outras frases dele, mas essa especificamente — quando ele diz: «Como é que podemos implantar o parlamentarismo no Brasil quando existe o Funrural?» A representação do chamado Funrural num município, por menor que seja, mobiliza interesses políticos enormes. Então, no momento em que tivermos essa burocracia profissionalizada, nós já teremos dado um grande passo, porque só se pode ter uma burocracia eficiente quando houver a exigência do mérito. Sem o mérito nós não podemos ter uma burocracia respeitada e que se faça respeitar.

O Banco Central

Jornalista: Nessa linha, Presidente, o senhor citou o Federal Reserve, o senhor seria favorável também a que o Banco Central brasileiro tivesse autonomia?

Presidente: Já demos um grande passo. O Banco Central tem mesmo que ser autônomo. Mas nós já demos um passo gigantesco. Você olha o Banco Central como funciona: hoje ele faz política monetária, antigamente não tinha como fazer.

Jornalista: O senhor pretende levar adiante o projeto de fazer um Banco Central completamente autônomo?

Presidente: Sim, isso está perfeitamente inserido dentro das nossas propostas. No começo do governo, com o Plano Econômico, o pessoal dizia assim: «Vem cá, você fez essa pregação de economia de mercado, de livre iniciativa, contra a intervenção do Estado, e como é que você explica essa intervenção tão grande como nunca houve na economia brasileira, patrocinada por você?» Realmente foi. Nem nos governos que dispuseram de instrumentos autoritários, chegou-se um programa de tal magnitude. Agora, por que isso? Porque todos nós também entendíamos que era fundamental e necessário fazer esse processo de intervenção rigorosa na economia, para que readquiríssemos os instrumentos de política econômica que não tínhamos. Então, a partir do momento em que reconquistamos esses instrumentos de política econômica, começamos a sinalizar que aquelas seriam medidas de ajustes inicial feitas para possibilitar o passo seguinte na direção da abertura da economia, que é o que nós estamos dando agora. Essa sinalização é muito importante, porque há muitos que ainda ficam em dúvida. É o chamado «*Collor hold up*». As pessoas perguntam: «Mas como? Como é que foi isso? Como é que foi aquilo?» Então é necessário que a gente emita esses sinais para mostrar o caminho que nós devemos seguir.

Jornalista: Presidente, essa não seria a versão na economia da tese da guerra para acabar com todas as guerras? Aliás, a guerra não acabou?

Presidente: Não, de jeito nenhum. Acho que esses cinco anos de Governo serão de muita ação e de muita emoção.

Combate à Inflação

Jornalista: Eu me refiro à intervenção na economia. O senhor diz que fez a intervenção para que não haja mais a intervenção federal a esse nível.

Presidente: Não. Não pode haver. E é exatamente por isso que nós estamos insistindo em que sejam mantidas as linhas mestras do Plano, buscando sua consolidação. Fala-se em «Plano Col-
lor II». Não vai haver Plano II nenhum. É esse mesmo que está aí, esse que estamos cercando de todos os cuidados. Além do mais, o Brasil não tem como agüentar mais um plano econômico. Todos sabem que esse é o Plano adequado para retirar, de uma vez por todas, o Brasil dessa situação. Naturalmente temos que enfrentar também essa cultura inflacionária muito arraigada. Essa será uma grande luta, a de retirarmos, como mecanismo de raciocínio do cidadão brasileiro a expectativa de que sempre vai ter inflação.

Jornalista: *Está cheio de gente com saudade da inflação...*

Presidente: Sim. Sem falar nesses que, de repente, foram re colocados num sistema onde para se ganhar dinheiro, tem-se que trabalhar e não mais especular. Pela falta de treino, eles são os primeiros a terem saudade da inflação.

Jornalista: *Passado pouco mais desses cem dias, se o senhor tivesse que escolher uma coisa que fez e fazê-la diferente, que coisa seria essa?*

Presidente: Fazer diferente!?. Você está vendo que eu estou com alguma dificuldade em lhe responder. Não faria nada diferente, não. Eu acho que faria a mesma coisa. Faria exatamente a mesma coisa, da mesma maneira.

Governo e Constituição

Jornalista: *O senhor nem recomendaria mais cuidado à assessoria jurídica?*

Presidente: Vejam bem, fala-se muito dessa questão da assessoria jurídica. Se a gente for computar tudo o que já foi feito, to-

dos os acertos que já foram conquistados, vê-se que essas questões de supostos erros de assessoria se dão muito em função disso que a gente estava discutindo aqui: sobre se se tem amparo constitucional ou não. Mas nós estamos nessa fase de experimento. Nós todos, a sociedade brasileira está experimentando como conviver com uma democracia real. O Legislativo e o Executivo estão convivendo com uma nova Constituição, e até o Judiciário também está convivendo com a nova Constituição. A sociedade como um todo está vivendo um momento de experimentos.

Jornalista: O senhor diria que o saldo jurídico é positivo?

Presidente: Ah, sim, sem dúvida. Vejam bem, a coluna vertebral do Plano foi juridicamente muito bem elaborada.

Jornalista: O senhor está ajudando a desmentir a máxima do Sarney de que com esta Constituição não dá para governar?

Presidente: Eu estou governando. Com essa Constituição, nós promovemos a maior reforma econômica do País e uma das maiores do mundo, sem nenhum tipo de instrumento discricionário à disposição. Como tudo o que é novo, isso cria uma certa dificuldade.

Jornalista: Se tivesse sido regulamentado pelo Congresso Nacional a aplicação desses 12% e se isso estivesse em vigor, o senhor teria condições de falar sobre essa política monetária ativa do Banco Central?

Presidente: Não, não teria. Mas eu também não teria nenhuma dúvida de afirmar que isso não ocorreria, porque o nosso direito é consuetudinário. Ele não pode conflitar com esse princípio. Balizar os juros é algo no mínimo desnecessário para ser regulado por uma Constituição.

Eu entendo que no momento que essa emenda foi apresentada em função daquele processo de hiperinflação, de desorganização econômica, isso tenha tido o seu apelo, tenha tido até mesmo as suas razões. Mas, se a Constituição é um instrumento

que se quer também duradouro, perene, não se pode colocar dentro dela coisas que sejam absolutamente passageiras, sazonais. Que isso fosse remetido para as Disposições Transitórias. É a própria lei do mercado que vai dirigir tudo isso.

Jornalista: Eu tenho uma pergunta sobre a viagem à Argentina. O senhor vai viajar...

Presidente: Vou viajar quinta-feira. É uma viagem de reciprocidade. Como os senhores sabem, temos um protocolo que prevê que de seis em seis meses os presidentes dos dois países se visitem, alternadamente. O Presidente Menem esteve aqui na posse. Então agora me cabe ir a Buenos Aires, onde vamos assinar alguns protocolos e lançar os editais para construção da ponte que liga São Borja, no Rio Grande do Sul, a Santo Tomé, na Argentina, uma peça importante para o processo de integração.

Educação

Jornalista: As novas políticas industrial e comercial despertaram a consciência de que se o Brasil não der um salto em matéria de educação e pesquisa, a tendência será ficarmos cada vez mais atrasados. Dos países em ritmo intenso de desenvolvimento nas três últimas décadas, o Brasil é o que tem menos bolsistas de doutorado no exterior, comparado com a Coréia, com a China... E temos um quadro universitário bastante negativo em matéria de rendimento.

Eu queria saber se, lançada essa política, e uma vez que se considera, em geral, que é um tanto tímida a atuação do Ministério da Educação no seu Governo, é a área que aparentemente tem menos dinamismo, se, enfim, essas iniciativas seriam seguidas por um choque em matéria de educação e pesquisa?

Presidente: Nós temos alguns índices que são pouco confortáveis. Na educação temos da questão da alfabetização até o ensi-

no universitário e a questão de pesquisa e desenvolvimento. Temos hoje duas áreas em que se trabalha em cima de pesquisa e desenvolvimento: o Ministério da Educação, via Capes, e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Precisamos aplicar dinheiro em pesquisas e na criação de laboratórios nas universidades, que vêm, a olhos vistos, perdendo importantes espaços nessa área. As universidades têm autonomia administrativa, mas não querem ter autonomia financeira. Então o que precisamos é, em primeiro lugar, resolver essa questão do relacionamento entre o Governo e as universidades federais, o que está sendo promovido em seguidas reuniões entre o Ministro da Educação e os reitores, visando — esse inclusive é o ponto que vem sendo defendido pelo Governo — que o que se consiga em termos de redução dos custos da universidade seja destinado à aplicação em pesquisa e desenvolvimento.

Vamos reduzir as atividades-meio ao máximo.

Queremos que os recursos auferidos dessa dita reforma administrativa nas universidades sejam direcionados para a pesquisa. Isso é um passo inicial, pequeno, mas já na direção que pretendemos.

Não sentaremos à mesa dos oito (países desenvolvidos) se não tivermos capacitação tecnológica. E hoje essa questão da tecnologia é tão importante que, se não abrirmos os olhos, vamos nos oferecer em holocausto, vamos nos oferecer como peças desse neocolonialismo àqueles que detêm tecnologia e que fecham essa tecnologia em caixas pretas.

Além de, no seu conjunto, os países, de um modo geral, desenvolvidos estarem impedindo o nosso acesso a formas de inovações tecnológicas, eles impedem que nós, no caso o Brasil, possamos dar consequência econômica a uma tecnologia puramente nacional. Então, temos que agir nas duas frentes. A primeira frente é aqui, dentro do Brasil, destinando sempre maiores recursos para a pesquisa, sobretudo a nível das universidades. Em segundo lugar — e isso vai ser objeto do meu discurso,

em setembro, na abertura dos trabalhos da ONU — trabalhar a nível externo no sentido de que nos sejam abertas essas portas.

Aí entra também a questão do meio ambiente. Precisamos encontrar fórmulas de nos ajudar mutuamente, de ter acesso à tecnologia para que possamos preservar melhor o nosso ecossistema. E por aí vai. É um leque enorme de assuntos que em torno disso se poderia tratar.

Dívida Externa

Jornalista: Presidente, o senhor falou durante duas horas com a gente e não mencionou uma vez as duas palavras mágicas «dívida externa». Isto é uma definição das prioridades e dos métodos do seu governo?

Presidente: A dívida externa, não perdeu a sua importância, é claro, ela está na pauta do nosso contencioso.

Jornalista: Perdeu a prioridade?

Presidente: Eu não diria isso. A questão perdeu, vamos dizer assim, nessa fase inicial, devido a essas reformas todas que foram feitas, talvez, a velocidade com que o assunto estava se encaminhando. Até porque há sempre a compreensão de todos, indistintamente, de que essa é uma fase inicial de implementação de um programa econômico, de acomodação desse programa, e tem que se ver de que modo se configurará esse quadro. A partir daí, saberemos em que bases poderemos propor uma renegociação da dívida.

A Ministra da Economia, quando viaja e vai a Washington tratar de assuntos, sempre inclui na pauta a questão da dívida externa e sempre está falando com o diretor-gerente do FMI, o

presidente do Banco Mundial, o diretor do Clube de Paris e assim por diante. Não perdemos de vista essa questão.

Muito obrigado a vocês.

*Entrevista concedida
a diretores e chefes de redação de jornais por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no Palácio do Planalto,
no dia 3 de julho de 1990.*

Entrevista a Jornalistas de Emissoras de Televisão em 4 de julho de 1990

Bóris Casoy (SBT): Senhor Presidente, bom dia. Gostaria de agradecer o honroso convite para uma entrevista democrática, livre e aberta, num país democrático, livre e aberto como é hoje o Brasil.

A grande preocupação da população parece ser a inflação. Embora aparentemente a retórica do Governo seja no sentido de que a inflação está caindo. Mas os índices, os números que estão à nossa disposição são preocupantes. A inflação realmente caiu dos 85% para os 10% em que o Presidente da República prometeu que estaríamos a esta altura, nos seus cem dias, mas dá sinais de inquietação, dá sinais de que está ascendente.

Como o Governo vê isso e quais as providências que estão sendo tomadas?

Presidente: Inicialmente eu queria, também, deixar registrada a minha satisfação por participar deste encontro com jornalistas tão credenciados junto à opinião pública e junto a seus colegas, para que possamos debater assuntos de interesse nacional.

Eu colocaria, como primeiro ponto para responder a esta pergunta, um fato extremamente positivo. Há 120 dias atrás, ou um pouco menos, estávamos convivendo com um processo de

espiral inflacionária vertiginosa, com uma inflação de cerca de 90% ao mês, e hoje estamos com ela em torno de 10% ao mês. É claro que isso não nos basta, é claro que isso não nos satisfaz interiormente, porque nós, seguidamente, nos questionamos e nos colocamos sempre à prova porque queremos vencer todos os nossos limites. E haveremos de vencê-los, porque é isso que espera de nós a sociedade.

O Governo, o meu governo, caracteriza-se por muita prática e pouca retórica. Temos muita prática, muita ação, muitas medidas e muitas respostas às expectativas nacionais. Os agentes econômicos — e essa é uma leitura que a nós importa bastante — quando ouvem ou recebem a informação de que a inflação, por exemplo, está em 10%, não se conformam apenas com essa informação simples. Querem saber como esse índice foi calculado. E esses agentes econômicos percebem que cerca de 70% desse índice de inflação está baseado no reajuste dos aluguéis, ou seja, traz a contaminação da inflação passada. Ele está no aumento do preço do vestuário, devido ao inverno que foi mais rigoroso do que se previa, e dos hortifrutigranjeiros, que também, em função do inverno, tiveram os seus preços muito elevados.

Os agentes econômicos também verificam que a sociedade, assim como eles próprios, estão confiantes no Governo, e no programa do Governo. Se esse não fosse o sentimento nacional, os ativos de risco já teriam dado sinais preocupantes. E o que nós estamos vendo é que o ouro, a prata, o dólar estão absolutamente estabilizados, diminuindo a diferença que separa o dólar oficial do dólar dito paralelo. Há um sentimento no País, e sobretudo também entre os agentes econômicos, de que a condução do programa vem sendo feita com muita rigidez e com absoluta disposição.

Quando verificamos que houve, por exemplo, uma retratação de 3% no mês de junho, no que diz respeito ao meio circulante, é algo extraordinário. Quando estamos verificando que depois de 12 anos voltamos a ter superávits orçamentários, superávits na balança comercial, superávits internos nas nossas contas, e que esses superávits não estão sendo utilizados para despesas ou para gastos, mas, na realidade, vêm sendo esterili-

zados via compra de títulos do Tesouro, constatamos que as políticas monetária e fiscal do Governo estão sendo acionadas com competência e com absoluto rigor.

Esses empecilhos impedem que hoje possamos estar, como gostaríamos, com um índice inflacionário, bem inferior a 10%. Mas podemos esperar que, já a partir de agosto, superados esses incômodos que fizeram com que os índices subissem a esse patamar de 10% — dentro ainda daquilo que prometi na campanha — nós tenhamos um processo inverso, e que a inflação caia desse patamar para níveis bem inferiores. Com esse objetivo é que não estamos admitindo ceder a nenhum tipo de tentação, porque temos hoje dois grandes conflitos: um nas relações capital-trabalho e outro na questão da produtividade, da eficiência e da competitividade.

No conflito das relações capital-trabalho, a tentação que temos sempre é a de fazer a indexação. Indexam-se preços e salários e tudo se resolve, todo o mundo fica satisfeito porque, embora isso seja um sonho, o trabalhador, por ter maior quantidade de dinheiro nas mãos no final do mês, acha que está tendo ganho real de salário, quando não está, o que é facilmente demonstrável. Temos então, que fugir da tentação da indexação dos salários, porque no momento atual, ela nos colocaria diante de duas alternativas dramáticas. A primeira seria a de uma hiperinflação, que alcançaria os 150% antes de um mês. A outra seria uma brutal recessão. Não podemos portanto, admiti-la porque isso seria jogar o Brasil definitivamente num precipício sem volta.

O segundo grande conflito é o da produtividade da eficiência e da competitividade. A maneira mais fácil seria a de ceder-mos à tentação do protecionismo facilitando as atividades monopolistas por cartéis, por grupos privilegiados. Essa seria a maneira mais fácil de resolver essa questão para acalmar, vamos dizer assim, o parque industrial como um todo. Mas a essa tentação nós também não podemos ceder. Temos é que perseguir de uma forma paulatina, não-abrupta, a competitividade. E os nossos industriais — a parte da elite que reputo como boa, que é exatamente a elite que sobrevive apesar do Governo, apesar dos entraves que o Governo coloca — são absolutamente com-

petitivos e resolverão as suas pendências e os seus conflitos pelas regras do mercado.

Quando da edição da nossa política industrial e do comércio exterior alguns diziam: «Vai haver uma quebradeira. A indústria nacional vai ficar desprotegida. Não pode ser jogada assim». Pressionavam para que revíssemos essa política. Mas ela não será absolutamente revista, porque está perfeitamente enlaçada, coerente e de acordo com o programa econômico de um modo geral e com a vontade e o desejo do País de se inserir, de uma vez por todas, no mundo moderno que está sendo construído agora no final desse milênio.

O Processo de Privatização

Boris Casoy: Presidente, nesta luta contra a inflação me parece que o senhor deixou de lado um detalhe importante, que é a parte do Governo, de combate ao déficit público. O Governo não estaria perdendo esse combate?

Presidente: Não, de jeito nenhum. O Governo, eu me permitiria dizer, vem fazendo como nunca a sua parte. Se há 120 dias mostrássemos a qualquer um brasileiro razoavelmente informado, o projeto de reformas que estaríamos implementando a partir do primeiro dia de Governo, ele diria: «Olha, me desculpe, mas isso é algo que não se pode imaginar que venha a acontecer».

O enxugamento da máquina burocrática, o processo de extinção de estatais, de autarquias, de conselhos, o processo de privatização, a desregulamentação do Estado, a retirada do Estado de áreas nas quais ele não tem nenhum interesse a defender nem a preservar, tudo isso vem sendo feito, e com bastante rapidez.

Às vezes, somos questionados por pessoas que dizem que falta o Governo fazer a sua parte na questão da privatização.

Realmente, não se iniciou efetivamente o processo de privatização, porque vivemos hoje dentro de um regime absolutamente democrático, no qual os poderes desempenham em sua plenitude, em sua latitude e em sua longitude, as suas atribuições. Nós estamos aguardando que o Senado aprove a Comissão de Privatização» — já aprovada pela Câmara — para que possamos, do ponto de vista legal, dar curso ao processo de privatização. Isso não significa dizer que estamos parados à espera dessa aprovação no Senado. Não esperamos ter dificuldades maiores para que os senhores Senadores concedam seu apoio à essa iniciativa. Paralelamente, estamos caminhando com o processo. Já temos preparada a documentação das sete primeiras empresas estatais que serão privatizadas.

É claro que teremos de enfrentar algumas dificuldades de percurso. Mas isso não significa que a gente vá parar o nosso projeto de reformas, nem que haja conflito entre Poderes. Quando um Poder dá uma interpretação diferente da de outro, alguns entendem que está havendo conflito de Poderes. Só pode imaginar assim quem não está acostumado com o processo democrático. Temos também que realçar que a Constituição é muito nova, uma Constituição de 1988, e que efetivamente está sendo hoje colocada em prática.

Todos sabemos que a Constituição deixou alguns claros que deveriam ser preenchidos, como deverão, eu espero, por legislação complementar a ser votada pelo Congresso. Mas até o presente momento, ela não foi votada. Então, ela dá margem a interpretações. O Executivo pode ter uma interpretação; o Legislativo pode ter a sua interpretação. Caberá, então, ao Poder Judiciário esclarecer, nesses casos, qual a interpretação correta ou mais de acordo com o espírito da lei, como o espírito do dispositivo constitucional que está sendo argüido junto ao Supremo Tribunal Federal.

Estamos respirando novos ares, estamos vivendo um novo momento, rico de experiências, de procura incessante de soluções adequadas para as questões nacionais, de respostas rápidas nas demandas da sociedade brasileira. E é nisso que estamos caminhando, com muito entusiasmo, com absoluta determinação

e com muito ideal, sabendo que só poderemos mudar o Brasil no momento em que mudarmos a prática do exercício da vida pública. E é isso que estamos tentando realizar.

As Bases de Sustentação Política

Joelmir Betting (TV Globo): Presidente, até para enxugar o Governo, a máquina estatal, até para zerar o déficit público, o senhor vai precisar do Congresso, vai precisar dos governadores e até dos prefeitos. Mas parece que o senhor não pretende se envolver na eleição de outubro. O senhor não gostaria de plantar desde já uma boa sustentação política para o Congresso com o qual o senhor vai governar nos próximos quatro anos?

Presidente: Veja bem, eu governo com ideal, com um sentimento de responsabilidade para com esse momento difícil da vida nacional, mas sobretudo eu governo por ideal. Essas eleições são fundamentais para o futuro do País. É muito importante que a sociedade brasileira esteja muito atenta para os candidatos que estão colocando as suas idéias e as suas plataformas à discussão e à apreciação pública.

É importantíssimo que o eleitor escolha, sem a motivação do atendimento de interesses pessoais. Que o eleitor rejeite a prática do favor em troca do voto, que o eleitor vote na qualidade do parlamentar e do governador. É fundamental que nessas eleições possamos construir um Congresso Nacional ainda melhor do que aí está. E isso é possível, basta que o eleitor tenha consciência de que o seu voto será determinante para a consolidação, para a finalização desse projeto de reformas que iniciamos, por delegação expressa, por mandato expresso do povo brasileiro, que, quando votou, não votou só na pessoa do Presidente, mas no seu programa de governo.

Eu pertenço a um pequeno partido. Durante a campanha eleitoral, depois que alcancei índices expressivos nas pesquisas, passei a receber informações de que «a», «b», ou «c» gostariam

de ingressar no meu partido. E eu sempre desestimulava esse ingresso porque não desejava me utilizar deste mecanismo extremamente artificial de «fortalecimento» (entre aspas porque aparente) de um partido político. Depois da eleição, disseram: «Bom, agora o Collor vai constituir a partir desse núcleo, do pequeno partido que tem, um grande partido para ter sustentação parlamentar».

O partido será do mesmo tamanho, praticamente, desde que saiu das eleições. Em nenhum momento me utilizei da força que o poder democrático coloca ao lado de um Presidente para tentar engordar o partido, para tentar forjar uma base de sustentação parlamentar. Se eu agisse com essa prática antiga, estaria forjando um governo com base no atendimento fisiológico, do interesse pessoal. O que temos que fazer nesse momento no Brasil é dar atenção ao interesse público. Acho que já é passado aquele momento de se dizer, como se dizia: «O fulano só vai votar se tiver atendido esse pedido». Essa é uma prática extremamente atrasada que não podemos mais aceitar. Isso é um horror, isso contamina a vida pública.

De modo que nessas eleições, como já disse, desejo, como brasileiro e como cidadão, que cada um dos brasileiros faça realmente um exame aprofundado dos candidatos e escolha aqueles que tenham qualidades para representar e bem exprimir a sua confiança e a sua vontade, não permitindo que nada interfira nessa sua decisão.

A participação do Presidente da República, num processo como esse, poderia eventualmente induzir o voto de «a», «b», ou «c», e eu não quero fazer nenhum processo de indução. Desejo que a sociedade escolha livremente aqueles candidatos que pareçam ser os melhores e que mais possam contribuir para o Brasil, que trabalhem em função do interesse público e não do interesse pessoal. A política é uma atividade nobre, não pode ser considerada uma profissão vil, como infelizmente alguns fazem.

Meu afastamento das eleições não significa que deixarei de acompanhar a cena política. Estarei sentado na primeira fila, acompanhando atentamente o desenrolar desse processo político eleitoral, mas sem que haja da parte do Presidente da Repúbli-

ca, em nenhum instante, de nenhuma maneira, uma interferência nesse processo, cuja participação caberá única e exclusivamente ao povo e à sociedade.

«Iniciativa para as Américas»

Carlos Chagas (TV Manchete): Presidente, as esperanças — não sei se esperanças ou ameaças — do Presidente George Bush, de transformar o continente americano, do Alasca até a Terra do Fogo, num imenso mercado livre, não dão um pouco de receio ao Governo brasileiro? Isso não pode prejudicar a nossa indústria? É mais ou menos como colocar um jovem, menino, desdentado, faminto, que mora na rua, na mesma linha de um rapaz de família abastada, que se alimenta bem, que tem saúde, e dizer para os dois: «É a livre concorrência. Podem correr, quem chegar primeiro naquele poste ganhou». Não é mais ou menos isso, Presidente?

Presidente: Eu acho que o plano do Presidente George Bush é um plano que sinaliza para algo muito importante, ou seja, a preocupação e o volver de olhos para a América Latina e a América do Sul.

Vejam bem que até 15 dias atrás nós estávamos discutindo as nossas preocupações em relação ao que ocorre no Leste Europeu, não por esse espetáculo formidável de vitalidade, de cidadania, que vem sendo proporcionado pelos países do Leste Europeu, pelos povos que compõem aqueles países, mas, sobretudo, pelo fato de que esses países, ingressando na modernidade, se tornassem mais um pólo de atração de capitais, com o qual nós teríamos que competir. Afinal, o Leste Europeu estaria em condições de oferecer vantagens, como é normal, para que os investidores aplicassem seus recursos, desenvolvendo um parque industrial ou uma matriz industrial.

De repente vem esse outro sinal, que acho temos que analisar. Esse sinal do governo norte-americano nos dá a seguinte

leitura: independentemente do que esteja acontecendo no Leste Europeu, independentemente dos interesses que eventualmente nos atraíam, nós não estamos esquecidos da América Latina, nem da América do Sul, em particular. Eu acho que essa é uma sinalização muito importante.

Quanto à questão do mercado livre, isso não quer dizer que essa questão seja imediatamente aplicada na prática. Nós estamos hoje verificando que o mundo se fecha em megablocos. Temos o continente europeu, agora com algumas dificuldades em função da unificação das duas Alemanhas, mas que eu entendo serão superadas com relativa facilidade; temos o bloco asiático; temos o bloco americano — Estados Unidos, Canadá e o México, que também se integrou. E ficávamos nós, aqui. Qual o nosso futuro? Saímos de um processo de guerra fria, da bipolarização das relações internacionais para a polarização em vários blocos das questões internacionais, envolvendo aí fatos econômicos. Como é que poderíamos ficar isolados desse resto do mundo?

Isso significa também — é outra leitura que se tem do chamado Plano Bush — que a América Latina e a América do Sul não deixarão de ser entendidas como uma parcela fundamental na criação desses blocos. Essa é a leitura que eu faço, do ponto de vista positivo. Em conversa com o Presidente eleito com o Presidente Bush, ele, em encontro que mantivemos na Casa Branca, pincelava um programa mais ou menos parecido com esse, um programa para a América Latina. De modo que essa é a leitura que eu faço, positiva, do programa anunciado pelo Presidente americano.

Comércio Internacional

Carlos Chagas: Presidente, e aquela história que a gente ouve, lá de cima, que as nações não têm amigos, mas têm interesses? Será que isso vai nos favorecer?

Presidente: Sem dúvida, a cada dia mais. O que verificamos hoje é que prevalecem nas relações modernas e efetivas, os interesses a serem atendidos. Nesta mesma viagem que me levou aos Estados Unidos, eu ouvia: «Bom, nós estamos aqui, Senhor Presidente-eleito, para saber de que maneira podemos ajudar o senhor e o Brasil». Eu dizia: «Eu não estou aqui para pedir nada aos senhores. Vim apenas para dizer — se é do interesse dos senhores ouvir — o que me move para esse início próximo de governo, qual é o meu programa de governo, o que farei, quais as intenções do Governo que foi eleito. Se em função disso, da aplicação desse nosso programa de governo, o Brasil começar a gerar expectativas positivas, eu estarei lá para recebê-los, dentro das regras que nós estabelecermos, e que serão poucas, estáveis e inteiramente abertas ao mundo, sem nenhum tipo de preconceito».

De modo que, à medida que os interesses estejam sendo atendidos, que existam vantagens recíprocas para os países, nós faremos tudo para nos envolver. É ilusório supor que se pode conseguir tudo, do ponto de vista da relação comercial com outros países, sem se ceder em alguns pontos. Não podemos querer exportar pelo preço que desejamos, para os mercados que desejamos, se de alguma maneira, de nossa parte, não criamos algumas facilidades para que produtos de outros países cheguem também ao nosso mercado. É nesse tabuleiro que hoje se desenvolvem as relações internacionais, ancoradas fundamentalmente nas relações comerciais. E elas têm que ser mutuamente vantajosas para todos aqueles que estejam participando desse tablado, desse quadro internacional.

O Plano Econômico

Marília Gabriela (TV Bandeirantes): Presidente, eu gostaria de conversar com o senhor sobre o Pacto Social, e como complemento disso eu gostaria de fazer uma perguntinha preliminar. O plano econômico mexeu com todos os setores da sociedade bra-

sileira. Não houve ninguém que não tivesse sido afetado. Eu gostaria de saber do senhor quem é que de fato está ajudando esse plano e quem de fato está atrapalhando. Industriais? Banqueiros? Sindicatos? Congresso?

Presidente: Nós temos dois tipos de corporação no País. São duas corporações que realmente atrapalham — não ao Governo, porque nós vamos levar isso, temos cinco anos pela frente, vamos tocando e sabemos que estamos no caminho certo. Nós somos, nada mais nada menos, como já disse, delegados da população que nos deu um mandato para fazer cumprir esse programa que também a população escolheu. Mas essas duas corporações são aquelas que geram o chamado capitalismo selvagem, de um lado, e na outra ponta, o sindicalismo selvagem. Um existe em função do outro.

Existe um sindicalismo selvagem, que é o sindicalismo que eu diria irracional, que se nega a encontrar uma saída comum para problemas comuns, que se omite de uma efetiva participação — não somente com o simples fato de estar sentado à mesa, mas de buscar uma forma de conciliar os interesses que insuflam, de uma maneira impatriótica em alguns setores, sem necessidade. Esse sindicalismo gera o tal do capitalismo selvagem, que é o capitalismo que sobrevive única e exclusivamente na sombra do Estado, do Governo, que não vive sem os benefícios do Governo, e que explora os trabalhadores querendo imputar-lhes um ganho em desacordo com a qualidade ou quantidade de serviços que estejam prestando.

É a tal coisa, a gente não sabe quem nasceu primeiro: se um ou outro. Mas os dois existem. E o que verificamos é que em alguns instantes nesses cem dias de governo eles estiveram juntos para combater o plano. Estiveram juntos inclusive formulando, estabelecendo um plano de ação de como deveriam agir, perfeitamente entendidos, porque também ambos sabem que um sem o outro não sobrevive. Eles se retroalimentam nessa ignorância que têm dos tempos modernos, do novo ciclo econômico e da vida como um todo, que hoje estamos presenciando no Brasil. Então esses realmente prejudicam, atrapalham, dificultam a nossa caminhada. Eles sabem que podem criar tantas

dificuldades quantas queiram e imaginem. Mas, fundamentalmente, eles sabem que essas dificuldades não serão nunca mais fortes do que o nosso ideal e do que a nossa determinação.

O segundo problema que temos com o plano é a questão da cultura inflacionária. Não sem justificadas razões a sociedade criou, subconscientemente, uma cultura inflacionária. Depois de 20 anos de inflação, depois de quatro planos econômicos frustrados, a pessoa que vende na esquina balas e chocolates acorda um dia e diz assim: «Hoje eu tenho que aumentar o preço». E se alguém repara: «Mas por que aumentar o preço?». Ele diz: «Não sei. Tenho que aumentar». Esse é o germe da cultura inflacionária. E isso é terrível.

Aqui mesmo em Brasília um amigo meu contou um fato que apenas sublinha essa minha argumentação. Vinte ou 30 dias depois do plano, ele foi lavar o carro e pagou x. Agora ele foi lá e cobraram 20% mais caro pelo estacionamento com a lavagem do carro. E ele perguntou ao lavador: «Por que você está aumentando o preço? O que houve? Aumentou o preço do sabão, aumentou o transporte, aumentou alguma coisa?» Ele disse: «Não! Aumentei porque aumentei».

Essa é a questão da cultura que a gente vai ter que combater também. Nós vamos viver numa sociedade com uma economia estabilizada, com salários reais, com emprego, com desenvolvimento, com justiça social. Tudo isso é possível. Agora, para isso é necessário que desarmemos os espíritos. De um lado, aqueles que ainda nutrem esse germe da cultura inflacionária; do outro lado, esses que entendem que a vida econômica tem que encontrar na selvageria da relação a fórmula ideal de conviver.

O Entendimento Nacional

Jornalista: Presidente, o Pacto Social é um recurso que de repente pode se tornar vital para o sucesso desse plano, para a continuação desse plano. Eu gostaria de saber do senhor se o

Governo pretende fazer uma nova tentativa, reunindo numa mesma mesa empresários e sindicatos. Nesse caso, o que é que o Governo poderia oferecer?

Presidente: Sem dúvida. O fato de alguns setores terem tornado impraticável aquele entendimento que todos nós supúnhamos ser coroado de êxito não significa que o Governo abandone essa idéia. Não! De nossa parte nós estaremos buscando sempre esse entendimento, porque ele é fundamental.

Eu dizia no decorrer de toda a minha campanha: seja qual for o Presidente que vier a ser eleito, esse Presidente não poderá governar sozinho nem tampouco com um partido, nem tampouco com um grupo de partidos. Esse Presidente terá que governar dentro de um entendimento nacional. E ele é fundamental. Todos desejamos isso.

O que eu espero de alguns setores que se negam a dar a sua colaboração ao País nesse instante importantíssimo e histórico da nossa vida é que eles evoluam em sua percepção. Eu não estou pedindo apoio ao Governo. O apoio que o Governo precisaria ter, ele já teve nas urnas. Foram 21 milhões de votos no primeiro e 35 milhões de votos no segundo turno. Esse é o grande apoio dentro da vida democrática. Eles ficam com essa idéia de que sentar-se à mesa com o Governo significa apoiá-lo. Isso é uma coisa atrasada, isso é uma coisa do Quinto Mundo.

Como é que não se podem sentar à mesa pessoas de ideologias diferentes, de pensamentos diferentes, quando o que nos chama à mesa é o interesse nacional? Nem eu vou me tornar marxista se sentar à mesa com um empedernido marxista, nem um marxista vai se tornar uma pessoa do livre mercado e que defende a economia de mercado como eu. Mas nós podemos nos sentar, sim, e encontrar fórmulas conciliatórias através das quais encontraremos saídas para atender o interesse nacional.

Então, a busca desse entendimento continuará sendo uma tônica e uma prioridade do Governo. Eu espero que possamos, dentro de um curto espaço de tempo, mais uma vez, sentar para atingirmos esse objetivo.

Jornalista: Presidente, uma das graves preocupações nesse momento da sociedade brasileira é o aumento da criminalidade, da violência, do crime organizado. O seu Governo já tomou algumas providências propondo penas maiores para alguns desses crimes que apavoram a sociedade brasileira. Mas tramita no Congresso proposta, projeto instituindo a pena de morte no País depois de consultar a população através de um plebiscito. Como é que o senhor se posiciona? Contra ou a favor da pena de morte?

Presidente: A minha posição em relação a isso é de que os governos estaduais, obedecendo ao princípio federativo que rege não somente a República, mas a própria Constituição, por consequência, têm que encontrar meios, maneiras e métodos mais eficientes de combate à criminalidade. Em alguns estados da América do Norte existe a pena de morte, e nem por isso crimes passíveis de pena de morte deixam de ocorrer.

Nós não podemos, por maior que essa seja a tentação, por mais que seja esse o primeiro impulso, tirar a vida de uma pessoa que tenha cometido um crime hediondo. Dizem que se tivesse a pena de morte isso não aconteceria. É engano, porque a pena de morte não significa o fim desses crimes. Embora eu respeite, compreenda e até ouça com algum interesse aqueles que defendem o instituto da pena de morte, eu não posso compartilhar desse pensamento.

Eu compartilho da idéia de que esse índice de criminalidade, que é realmente preocupante, de que essa escalada de seqüestros, que é atemorizante, devam ser combatidos de uma maneira eficaz, por uma polícia bem aparelhada, por uma polícia que esteja apta a prevenir e não a remediar. Depois do seqüestro praticado, depois da amargura e dos anos de vida que a família inteira do seqüestrado perde em função da angústia pelos dias de espera, a ação sempre será tardia. A ação posterior é elogiável, tem que ser feita, é claro. Tem que prender,

tem que descobrir e quem é que foi, quem é que não foi. Mas isso não repara, isso não recupera, isso não restaura o dano feito.

Assim, a polícia tem que ter mecanismos de prevenção eficientes contra o crime. E isso também está associado a uma outra questão, a questão social, que é o trágico cotidiano de milhões de brasileiros, fruto de um modelo econômico anacrônico, de uma concentração de renda excessiva, do aumento no número de crianças nas ruas, do aumento do consumo de drogas, do aumento da criminalidade. Enfim, tudo isso faz parte de um conjunto.

O que tem que haver é um melhor aparelhamento da polícia, um melhor preparo da polícia. Ela tem que receber o apoio necessário para que possa desempenhar bem as suas funções. Eu já determinei ao Ministro da Justiça que entre em contato com os governadores de três Estados — Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais — para colocar à disposição desses governadores, e particularmente do Estado do Rio de Janeiro, aquilo de que possa dispor o Governo Federal para ajudá-los no combate, para pôr fim, de uma vez por todas, a essa onda de seqüestros que realmente nos traz muitas expectativas.

Atividade Econômica e Preços

Joelmir Betting: Presidente, o Brasil adotou a retranca no futebol para ganhar a Copa e a recessão na economia para acabar com a inflação. Acontece que o brasileiro só sabe jogar no ataque, nos gramados e nos negócios. A retranca na Copa foi um suicídio. A recessão na economia poderá ser o suicídio do próprio Plano. O negócio não é deixar o time jogar e o mercado passar?

Presidente: Sem dúvida, esse é o nosso grande objetivo. E nós temos sinalizado, temos dado sinais claros de que é por aí que vamos caminhar. Os índices que estamos recebendo, por exem-

plo, de reativação industrial são animadores. Sem dúvida houve uma paralisação na atividade econômica, logo nos dias seguintes à edição do Plano, mas que não chegou a causar o que alguns têm qualificado de recessão — eu diria que o que houve foi uma acomodação da atividade econômica às novas regras estabelecidas e ao programa econômico. E o que nós estamos verificando é que está havendo essa reativação paulatina. Todos os indicadores nos dão conta disso.

É claro que um plano dessa magnitude não poderia ser implementado sem que trouxesse algum incômodo à sociedade como um todo. Mas eu acredito que se se fizer uma relação custo-benefício do programa em relação ao que ele trouxe de desacertos para a atividade econômica, acho que o saldo é bem positivo.

E tanto, nós estamos sinalizando na direção do mercado que aí está, a nossa política industrial. Com cem dias de Governo saímos de uma economia absolutamente fechada, uma coisa dissonante do momento que estamos vivendo, para regras e linhas muito nítidas do livre mercado.

Joelmir Betting: E inclui a liberação de preços?

Presidente: Sim. Ontem mesmo fizemos uma liberação de uma série de preços — de automóveis, de cimento. Mantivemos ainda controlados alguns preços — cesta básica, remédios e assim por diante. Mas essa liberação acontece e vai acontecendo na medida que pudermos associá-la a um ganho rápido para o consumidor.

Joelmir Betting: Em que sentido?

Presidente: No sentido em que, havendo a concorrência, a tendência é de que esses preços caiam. Acontecerá como aconteceu agora, por exemplo, em relação ao álcool, ao diesel e à gasolina. Quando vi pelo noticiário do *Jornal Nacional* aquele episódio de um senhor que estava vendendo gasolina um cruzeiro mais barato e recebeu depois um telex de um funcionário do

Governo — que realmente dentro da burocracia estava agindo corretamente, porque havia uma lei — informando que o dono do posto não podia vender gasolina mais barato.... Veja como estava, como ainda está o País, do ponto de vista desse entulho burocrático. No momento em que isso foi retirado — e eu tomei providências imediatas para tanto — o que verificamos? Em todo o Brasil já estão ocorrendo manifestações também dessa natureza: postos vendendo mais barato, concorrendo.

Então, essa liberação de preços hoje está associada, além da política global do programa econômico, a produtos cuja liberação traga imediatamente um ganho para o consumidor. Ou seja, o beneficiário será o consumidor. E é nesse sentido que estamos agindo.

Joelmir Betting: Presidente, o senhor não acha que a liberação de preços chega com cem dias de atraso, pelo menos? Não deveria ter sido adotada no dia do choque, quando tínhamos uma combinação fantástica de máximo de gordura nos preços com o mínimo de dinheiro nas empresas?

Presidente: Alguns defendiam, já àquela época, que isso acontecesse. Mas a gente governa além dos números, além das regras econômicas, das regras matemáticas, além de todas essas matrizes. A gente tem que governar também com um pouco da sensação do momento, de sensibilidade para o momento. E por outros motivos nós julgamos que não seria oportuno, naquele momento, proceder-se imediatamente à liberação da economia como um todo ou de grande parte, via preços.

De modo que acho que as coisas vêm ocorrendo a seu tempo. Alguns acham que está sendo rápido demais, outros acham que com algum atraso, mas na média as coisas vêm acontecendo a seu tempo, até mesmo em obediência aos nossos eclesiásticos, que dizem que há tempo para tudo. Há tempo para semear, há tempo para colher, há tempo para festejar. Enfim, é isso que estamos fazendo.

Jornalista: Presidente, o senhor anda semeando a idéia parlamentarista. O senhor tem se declarado um adepto do sistema parlamentar de Governo. Eu pergunto ao senhor: e o parlamentarismo pode ser implantado no Brasil sem partidos fortes? Em segundo lugar, o senhor admite apresentar ao Congresso, por exemplo, um projeto restabelecendo a fidelidade partidária: deixou o partido perdeu o mandato?

Presidente: Aí tem-se que ver o que é para ser feito primeiro, o que deve ser constituído em primeiro lugar. Um sistema partidário forte ou o parlamentarismo? O que sei é que se tem que se começar por algum lugar, de algum modo. Depois de ouvida a população, pelo plebiscito que está previsto na nossa Carta Constitucional, o parlamentarismo tem que encontrar algumas condições para que possa ser implementado com sucesso. O primeiro deles é uma burocracia profissionalizada, cuja marca principal seja o mérito. Temos que ter uma burocracia competente, capaz, eficiente. E temos que ter também, como teremos, sem dúvida nenhuma, confio nisso, uma representação parlamentar de um nível elevado. Como todos nós sabemos, no parlamentarismo quem governa é o Parlamento. E nós, eventualmente, poderemos ser melhor ou pior governados, de acordo com a qualidade dessa representação. Então, acho que para prosseguirmos nessa linha temos que continuar atentos.

Jornalista: E a fidelidade partidária, Presidente?

Presidente: Acho que é implícita. Não precisaria haver uma lei obrigando algo que aqueles que se filiam a um partido já se acham moralmente obrigados. Isso não existe. Em nenhum lugar do mundo democrático, você vê essa falta de cumprimento aos estatutos, às diretrizes ou à determinação do partido. Então, quando é necessário se pensar numa lei para exigir fidelida-

de partidária, alguma coisa está errada lá atrás. E é esse erro lá atrás que temos que consertar e para ele encontrar uma solução.

Marília Gabriela: Presidente, agora eu gostaria de falar sobre exercício do poder, outra vez subdividindo. Por cem dias, o senhor lutou brilhante e competentemente para chegar aonde está. Então, eu gostaria de saber se era o que o senhor esperava. O senhor está gostando de ser Presidente?

Presidente: Eu gosto muito de ser Presidente da República. Eu me sinto muito bem, não tenho nenhuma reclamação a fazer. Ao contrário, só tenho tido instantes que rememoro com muita alegria. E estou, até para minha surpresa, exercitando a função de Presidente da República de uma forma bastante à vontade, coisa de que eu tinha alguma dúvida quando da campanha eleitoral. Mas eu estou me sentindo muito bem, sobretudo porque, consciente da função que exerço, consciente dos compromissos que tenho, estou com a consciência tranqüila de estar fazendo rigorosamente aquilo que em praça pública me comprometi realizar.

Caderneta de Poupança

Marília Gabriela: Então, vamos falar um pouco de praça pública. O Presidente Bush, durante a sua campanha, ganhou muitos votos prometendo não aumentar os impostos. Aumentou. O senhor ganhou muitos votos prometendo não mexer na poupança. Mexeu. O que eu gostaria de saber é se faz parte do exercício do poder romper, ou melhor, reavaliar compromissos de campanha.

Presidente: Veja bem. A caderneta de poupança não foi mexida. Ela está aí rendendo os juros e correção monetária. Esse dinheiro será colocado novamente à disposição de seus legítimos titulares e depositantes no prazo, a contar de 15 de março, de 18 meses. O que tínhamos que conseguir é que o pessoal não gas-

tasse, que fizesse uma poupança forçada, para não estimular o consumo — porque o consumo, ao ser estimulado, fatalmente gera aumento de preços.

Diz-se que houve confisco. Não. Não houve confisco. Sequestro? Também não houve sequestro. Estabeleceu-se, sim, uma compulsoriedade, ou seja, os depositantes da caderneta de poupança, compulsoriamente, abdicaram, ou melhor dizendo, deixaram de utilizar aquele dinheiro depositado no consumo, o que geraria mais inflação e tornaria todos os mecanismos da nossa política econômica ineficazes no seu combate.

Ao contrário, em muitas oportunidades venho sendo questionado por cumprir ao pé da letra aquilo que me proponho realizar. Quando eu digo que tenho isso para realizar e acertei isso, tenho que ir até o final, alguns dizem: «Mas em alguns instantes é preciso reavaliar, em alguns instantes é preciso, de alguma forma, rever aquilo que foi colocado, porque as circunstâncias vão exigir». Eu sempre reajo muito a isso, e procuro me manter nessa trilha de ir até o fim e de fazer até o fim. Fundamentalmente, é a maneira como venho agindo ao longo desses cerca de dez anos de atividade pública, e não tenho do que me queixar.

Desregulamentação

Bóris Casoy: Presidente, o contribuinte brasileiro anda quase escravizado pelo Governo. Ele perde um tempo enorme fazendo contas, enfrentando um grande emaranhado burocrático. Eu vou dividir, como a Marília Gabriela, a minha pergunta em duas partes. Primeiro, o senhor está consciente disso e está tomando providências para que a vida do brasileiro seja facilitada através do fim desse «carnê-leão», do «mensalão», desse monte de coisas que afetam a vida de todos nós? É verdade que o senhor se prepara para aumentar a carga tributária, ou seja, aumentar os impostos?

Presidente: O que desejamos fazer, em primeiro lugar, é descomplicar a vida do cidadão. Para isso, estamos com uma Comissão de Desregulamentação — tem um nome extremamente burocratizante — para fazer exatamente com que esses entulhos burocráticos não atormentem mais a vida do cidadão brasileiro. As leis são em quantidades enormes. São mais de cem mil decretos, não sei quantas mil leis complementares, é uma coisa enorme. É um aparato extraordinário, muito próprio do gigantismo do Estado de então.

Como sabemos, o poder no País foi exercido, no passado, sempre como uma forma de fortalecer o Estado. O que desejamos é fazer com que o Poder seja um instrumento de fortalecimento da sociedade. No momento em que se fortalece o Estado, se enfraquece a sociedade, e é por isso que essa interferência exagerada contribui para momentos surrealistas, como foi há alguns meses atrás o preenchimento do Imposto de Renda. Não havia como uma pessoa, mesmo com prática no preenchimento de formulário do Imposto de Renda, realizar aquele trabalho sem um certo desassossego. É uma coisa absolutamente incongruente, porque pediam-se recibos que não eram dados na outra ponta, por uma outra entidade do Governo, que só os dava trimestralmente, quando os tinha que dar mensalmente. Enfim, umas coisas absurdas.

Nós desejamos descomplicar a vida do cidadão, e para isso existe essa Comissão. Por exemplo, há uma lei no Brasil que diz que o rótulo de cerveja não pode ter mais de três cores. Há uma outra que diz que quem mora aqui em Brasília não pode comprar um carro em Goiânia e vice-versa. Existia aquela lei que dizia que o dono do posto de gasolina não podia vender abaixo da tabela. São coisas inteiramente do passado, quando o Estado era o objeto de culto dos governantes. Isso era realmente até compatível. Mas hoje não é mais. Nós estamos descomplicando a vida do cidadão de modo a torná-la menos dramática, vamos dizer assim.

No que diz respeito ao aumento de impostos, a prática do Governo desmente essa possibilidade. Se não estivéssemos nessa luta pela redução do déficit público, dos gastos do Governo e do aparato estatal, com processo de privatização, se não estivés-

semos tomando essas atitudes, aí sim poderiam dizer: «Bom, a única maneira que ele tem de equilibrar o orçamento será via aumento de impostos, emissão de moedas, ou empréstimo externo». Mas as nossas atitudes desmentem essa possibilidade, porque o que nós estamos querendo e já estamos gerando, desde o primeiro mês de governo, são superávits orçamentários. Isso é um dado extraordinário. Nós estamos gastando menos do que estamos arrecadando.

Arrecadação

Carlos Chagas: Mas há uma arrecadação um pouco superior agora, que pode cair, deve cair.

Presidente: Mas o superávit não se dá somente pelo aumento da arrecadação, mas sobretudo pela redução de despesas. As despesas foram reduzidas e continuarão sendo — algumas despesas vão ser reduzidas um pouco mais adiante também. Quando iniciar o processo de privatização, por exemplo, as receitas engrossarão em alguns bilhões de dólares. Assim, o fato de estarmos tratando de encontrar recursos próprios, diminuindo as despesas e tentando melhorar e agilizar a máquina tributária, no sentido de impedir a sonegação, de combater o sonegador, significa que não há necessidade de aumentar os impostos. Haveria se nós não estivéssemos agindo dessa maneira.

Bóris Casoy: Presidente, parece que o senhor está muito satisfeito com a sua equipe de governo. Então, não procederiam os rumores de que o senhor se prepara para uma reforma ministerial?

Presidente: Não, de jeito nenhum. Isso não procede. O time continua coeso, unido e trabalhando duramente pelo sucesso e consolidação do programa econômico.

Joelmir Betting: Presidente, o Congresso deixou a lei salarial para agosto. Até lá a gente vai conviver com a medida provisória do Governo. Então, eu gostaria de saber como vai ficar o nosso salário de setembro. Haverá indexação das faixas menores? O senhor admite essa reindexação, ou vai voltar a brigar pela livre negociação, assim com casca e tudo?

Presidente: Nós tínhamos que encontrar um mecanismo transitório, portanto provisório, que nos levasse da tutela absoluta do Estado nas disputas ou nas demandas salariais para a livre negociação. O tema foi abordado na última entrevista coletiva que concedi aqui em Brasília, no auditório do Ministério das Relações Exteriores. Eu solicitara, por aqueles dias, tanto ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social quanto à Ministra da Economia, que estudassem essa fórmula.

No entanto, quando o assunto começou a ser discutido e foi levado ao debate na mesa do entendimento nacional, o Congresso, por suas lideranças, manifestou que talvez não fosse interessante que o Governo sugerisse uma política salarial e deixasse a tarefa ao Congresso, até porque estaria dentro de suas atribuições constitucionais encontrar uma fórmula que desaguasse numa política salarial de transição, que nos levasse da intervenção à livre negociação. No dia 25 ou 26, porém, os nossos líderes chegaram a mim e disseram: «O Congresso não conseguiu elaborar uma política salarial, e nós concordamos com que o Executivo remeta uma medida provisória para que não fique esse espaço vazio, sem uma âncora onde se possam sustentar até mesmo algumas demandas que vêm sendo feitas via TRTs».

Enviamos, então, a medida provisória. Não cedemos em nenhum instante à tentação da indexação, porque quem pagaria por ela seria o próprio trabalhador, não tenha a menor dúvida. E esse é um preço que nós não podemos mais sequer supor que

haja possibilidade de alguém pagar. A indexação, volto a frisar, remeteria o País definitivamente para uma triste escolha: de um lado a hiperinflação; do outro, a recessão brutal. De modo que quando o Congresso volte a se reunir no mês de agosto, esperamos encontrar uma solução de consenso, que naturalmente seja adequada ao momento que estamos vivendo e que não fira de morte o programa econômico.

Joélmir Betting: O senhor poderia admitir pelo menos o reajuste mensal pela inflação do mês, até três salários mínimos?

Presidente: Quando a gente fala em três salários mínimos estamos falando em algo com 45% da massa salarial do País. São cálculos que devem ser feitos. São, enfim, propostas que devem ser apresentadas para discussão. Mas temos que fazer as diversas contas dos impactos que isso venha a causar à economia como um todo por ferir, de alguma forma contundente, o programa de governo.

Carlos Chagas: Presidente, eu faria primeiro um adendo à pergunta do Joélmir. O Governo estabeleceu a livre negociação. Muitos sindicatos, sindicatos fortes, especialmente de São Paulo, aceitaram a livre negociação, mas a grande massa assalariada do País às vezes não tem nem sindicato. Isso não é uma negociação livre entre a guilhotina e o pescoço?

Presidente: Mas é por isso mesmo que estabelecemos essa política salarial transitória. Veja bem, já na minha última entrevista coletiva eu alertava para isso. Dizia que havia sindicatos fortes, que estavam muito bem representados pelos seus líderes e que, portanto, negociariam diretamente, como vários fizeram. Mas outras categorias, por não estarem tão organizadas, não poderiam ser lançadas de repente numa negociação em que, seria fácil se supor, levariam desvantagem. Por isso determinei que fosse estabelecida, por parte do Governo, na ausência de uma decisão a esse nível do Congresso Nacional, uma política salarial transitória que nos levasse dessa intervenção total à livre negociação. Nesse processo, nessa transição, aqueles que conseguissem, pela livre negociação, entendimentos e acordos como

os que foram conseguidos, muito bem. E aqueles que necessitassem de um amparo do Governo, o teriam através de instrumento legal que está consubstanciado na medida provisória.

Emprego

Carlos Chagas: Presidente, apenas para concluir. Demissões, colocações em disponibilidade estão acontecendo aos milhares. E não apenas os ociosos estão sendo colocados em disponibilidade ou indo para a rua. A medida tem atingido muita gente que trabalhava, muita gente preparada. Eu pergunto ao senhor se não havia outra fórmula a não ser esta?

Presidente: Não, não havia outra fórmula. Hoje devemos estar próximos de cerca de 200 mil pessoas dispensadas ou colocadas em disponibilidade. E é claro que, num número como esse, não se pode imaginar que não tenham havido alguns equívocos. Com vista à correção desses equívocos, estamos recebendo e examinando outras informações. As próprias pessoas prejudicadas, feridas no seu amor próprio quando realmente funcionários competentes e assíduos, têm feito chegar a nós esse tipo de reclamação. E nós iremos rever esses casos, mas depois de concluída a reforma administrativa. A nossa reforma não deseja cometer injustiças com quem quer que seja, absolutamente. E a questão da disponibilidade é um instrumento que a Constituição nos dá para promover uma adequação das nossas receitas correntes ao pagamento de pessoal.

A Constituição, num artigo das Disposições Transitórias, diz que o comprometimento com a folha de pessoal não pode ultrapassar 65% das receitas correntes. Isso significa que a União, os Estados e os Municípios devem adequar a sua folha de pessoal a esse percentual das receitas correntes. Eu pergunto: como fazer isso, se de um lado há a estabilidade, de outro lado há a irredutibilidade dos salários? Por sinal, sobre a matéria, há na Constituição um certo conflito. Ela fala em irredutibilidade,

mas fala também que, havendo acordo entre os sindicatos e as classes patronais, os salários podem ser reduzidos. São dúvidas que têm que ser esclarecidas.

Enfim, como fazer essa adequação se há a estabilidade, se há a irredutibilidade e se a colocação em disponibilidade, eventualmente deve garantir ao funcionário os seus vencimentos integrais? Seria absolutamente inócua inserir a disponibilidade na Constituição se o entendimento e o espírito fossem esses.

Então precisamos trabalhar para adequar a nossa Constituição, nos momentos em que ela suscite dúvidas como essa que estamos vivendo. É absolutamente necessário que façamos essa parte da reforma administrativa no que tange a pessoal. Não poderíamos mais continuar com uma máquina ineficiente, desacreditada pelo desempenho que teve em governos passados, quando uma mãe chegava com o filho para curar um ferimento e o médico não estava, ou não tinha mercúrio cromo, ou faltava um esparadrapo. Chegava à escola, faltava carteira, faltava professor, não tinha giz, não tinha quadro-negro. Chegava para reclamar qualquer coisa, qualquer atentado a um seu legítimo direito e não tinha a quem reclamar. Isso fez com que o aparato estatal caísse no descrédito absoluto.

Nós precisamos tornar essa máquina mais eficiente. Para tanto ela tem que ser mais enxuta, para que granjeie novamente a confiança da sociedade. Aí sim, o Estado será fortalecido pela via correta, ou seja, do respeito que ele deve ter pela sociedade, e da sociedade que vê os impostos que está recolhendo ao Tesouro Nacional estão sendo devolvidos a ela com serviços públicos de boa qualidade, diferentemente do que ainda acontece hoje, quando se paga o imposto e não se tem o serviço público. Então, é necessário, é determinante para o sucesso da reforma administrativa como um todo, esse novo tratamento que se quer dar à máquina burocrática, tornando-a mais eficiente, pagando salários condignos, dando condições de ascensão funcional e valorizando o servidor público.

Há alguns anos atrás, não há muitos, em Alagoas, eu era apresentado a alguém: «Olha, esse senhor aqui é funcionário público federal». E com que orgulho aquela pessoa dizia ser funcionário público federal. Ele era automaticamente alçado à

condição de um dos líderes da comunidade pelo respeito que se tinha pelo serviço prestado por aquele servidor público. Hoje, isso infelizmente não existe mais. O que queremos, portanto é recuperar para o servidor público o orgulho de prestar serviços à sociedade. Com trabalho, com muito esforço, não sem algumas dificuldades, nisso eu acredito e tenho certeza de que iremos alcançar.

O Presidente

Marília Gabriela: Presidente, como essa entrevista vai terminar aqui comigo, eu gostaria de saber se posso ser pouco pessoal, fazendo duas perguntinhas. Tudo bem?

Presidente: Sim.

Marília Gabriela: Nas primeiras semanas de seu governo, as suas atividades esportivas ocuparam grandes espaços nos meios de comunicação, e todo domingo o senhor aparecia com uma novidade. Isso levou a uma certa confusão entre a sua vida pública e a sua vida privada. Eu não sei se o senhor concorda com isso, mas o fato desse noticiário hoje ser mais escasso significa uma nova postura de sua parte? O senhor estaria definitivamente colocando em departamentos estanques: este é o cidadão Fernando Collor e este é o Presidente Fernando Collor?

Presidente: Minha gente, eu tenho 40 anos de idade. Não posso negar nem a minha idade nem a minha condição de uma pessoa que se dedicou absolutamente aos esportes. Nem acho que devo agora, por ser Presidente da República, ter de renunciar a algumas atividades esportivas que gosto de fazer, que sempre gostei de fazer como o karatê, correr, de andar de motocicleta. Sempre gostei de velocidade, sempre gostei de lanchas, sempre gostei de futebol, sempre gostei de vôlei, sempre gostei, enfim, dessa gama enorme de esportes que eu procuro praticar.

Marília Gabriela: Mas o senhor não tem feito isso mais vezes?

Presidente: Tenho. É por isso que deixou de ser novidade. Antigamente eu fazia tudo isso. Em Alagoas, por exemplo, eu sempre fazia, mas era uma coisa normal, porque eles estavam acostumados a me verem fazendo aquilo. Então, de repente, quando chega um Presidente que, em primeiro lugar, tem 40 anos de idade, por aí só já é uma coisa que o pessoal diz: «Poxa, mas o Presidente tem que ser mais velho, tem que ser assim, tem que ser assado».

Tem certos padrões que são inteiramente anacrônicos, mas que alguns ainda têm muito gravado na mente, e quando vêm o Presidente fazendo esporte isso vira novidade. Então todo dia saía. Agora deixou de ser novidade. Por quê? Porque sentiram que é um hábito, uma coisa que eu faço normalmente, naturalmente. Com exceção de alguns esportes mais perigosos, dos quais minha mãe desde criança sempre reclamava, e que não pratico para atendê-la porque eu compreendo as preocupações que a dominam — no restante eu venho tendo uma vida absolutamente normal e praticando todos os esportes que sempre pratiquei.

Bóris Casoy: Mas tem um esporte muito perigoso que o senhor adotou que é pilotar carrinho de supermercado.

Presidente: Não. Essa é uma atividade que me dá muita satisfação, sobretudo porque a gente entra em contato direto com o que a sociedade deseja, com o que a dona de casa quer. Nas vezes em que fui ao supermercado, vi coisas extraordinárias, de sugestões de pessoas que vinham com um produto: «Olha aqui, Presidente. Esse produto aqui não está bom. Manda ver se está bom». Enfim, é uma maneira de estabelecermos contato direto com a população, ouvindo muita coisa importante e detectando algumas coisas que precisam ser consertadas. Portanto é uma atividade muito agradável, não é perigosa.

Marília Gabriela: Concluindo, a sua mulher, D. Rosane, em várias ocasiões manifestou o desejo, a vontade de ter um filho — recentemente, inclusive —, e já no primeiro ano de governo.

Então eu gostaria de saber se vem aí um novo morador para a Casa da Dinda.

Presidente: Isso tudo depende muito mais dela do que propriamente de mim. Eu vejo a Rosane muito entusiasmada com o trabalho que está desenvolvendo na Legião Brasileira de Assistência. Portanto, se ela julgar conveniente que nós, nesse momento, pensemos em ter mais um morador na Casa da Dinda, não tenha dúvida de que será um momento de muita felicidade para mim. Mas isso depende muito mais da própria mulher do que de nós, homens. Nós somos, sempre, comandados pelas mulheres. É difícil admitir, mas é a verdade. No fundo, no fundo, nós homens, até de uma maneira ainda machista — que têm os latinos, de um modo geral — queremos às vezes passar a idéia de que o homem é que comanda. Mas no fundo, no fundo, quem comanda é sempre a mulher. Ela sempre faz rigorosamente aquilo que deseja, embora o homem pense que ela está fazendo aquilo que ele quer. Isso é um engano, e eu sempre percebi isso e por isso é que eu coloco nas mãos da minha mulher certas decisões que somente a ela cabe tomar.

Marília Gabriela: Obrigada pela entrevista e obrigada pela última gentileza ao nosso gênero.

Presidente: Muito bem. Muito obrigado a todos.

*Entrevista concedida a
jornalistas de emissoras de televisão, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no Palácio do Planalto,
no dia 4 de julho de 1990.*

Solenidade de Condecoração na Casa Rosada (Buenos Aires, Argentina)

Fico muito agradecido ao governo argentino pela outorga da Ordem do Libertador San Martin que recebo com justificado orgulho e desvanecimento. Bem sei que se trata de fraternal demonstração de apreço, pela qual a nobre nação argentina homenageia o povo brasileiro na pessoa do seu Presidente.

É uma feliz coincidência que esta cerimônia ocorra a poucos dias das comemorações de 9 de julho, data magna que marca o aniversário do Congresso de Tucumán e celebra a declaração da independência e da soberania argentinas. Nunca será demais reiterar que este grande país foi dos primeiros, na América Latina, a conquistar sua independência. Como militar e como político, o General San Martin devotou a sua vida ao ideal da liberdade em sua pátria e em países irmãos.

Por seu heroísmo e desprendimento, o General San Martin é para nós, latino-americanos, um símbolo e uma fonte perene de inspiração. O grande vencedor de Maipu sonhou com uma América Latina unida, o que bem revela o descortino e a visão do estadista, antecipando um objetivo que brasileiros e argentinos timbram em concretizar por intermédio da sua integração. O libertador nos transmitiu a convicção de que, ao somarmos

nossos esforços e falarmos em uníssono, seremos mais respeitados e ouvidos. Hoje, quando consolidamos nossa histórica integração, os ideais de San Martin recobram plenamente sua urgência e validade.

Permitam-me terminar citando palavras de San Martin a Simon Bolivar pouco antes do histórico encontro de Guayaquil: «É hora que nos reunamos para produzir a unidade de nossa América Latina, para lutar pelo bem-estar de nossos povos e demonstrar a nossos povos que a independência tem sentido». Ao reiterar minha fidelidade a estes mesmos ideais, agradeço mais uma vez a elevada honra de receber a Ordem do Libertador San Martin. Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
ao ser condecorado pelo Presidente Carlos Menem,
com o colar da Ordem do Libertador San Martin,
na Casa Rosada, em Buenos Aires, Argentina,
no dia 5 de julho de 1990.*

Integração Brasil-Argentina

Ao agradecer penhoradamente as generosas palavras de Vossa Excelência, gostaria de registrar meu reconhecimento e o de minha comitiva pela calorosa acolhida que recebemos, testemunho cabal da hospitalidade do nobre povo argentino.

Fiz questão de que minha primeira visita de Estado ao exterior fosse justamente à Argentina. Dessa forma, o Governo brasileiro demonstra um sinal claro e inequívoco da mais elevada prioridade que atribui às nossas relações bilaterais.

Mais do que a vizinhança geográfica e a herança cultural comum, aproxima-nos idêntico projeto histórico de construir uma nação moderna e superar os entraves opostos ao pleno progresso social e ao desenvolvimento econômico.

«A iniciativa levada a cabo
por nossos países abre
perspectiva favorável para
a integração da América Latina.»

Tenho a certeza de que nossas conversações em Buenos Aires contribuirão significativamente para consolidar ainda mais o elevado nível do diálogo entre o Brasil e a Argentina.

Afastando-se da retórica e do mero discurso de intenções, nossos países vivem agora um relacionamento totalmente maduro, lastreado em inúmeras realizações concretas. Os atos que firmaremos amanhã testemunham haveremos efetivamente entrado numa era de importantes empreendimentos comuns.

Com vistas à consecução do objetivo maior do tratado de integração, cooperação e desenvolvimento, estaremos dando passos firmes e decisivos na direção do efetivo estabelecimento de um mercado comum, assentando a integração econômica bilateral em fundamentos ainda mais sólidos.

A iniciativa levada a cabo por nossos países abre perspectiva favorável para a integração da América Latina. Seu sucesso pode contribuir de forma significativa para a maior aproximação sub-regional e regional, baseada, desta vez, em novos métodos e em abordagens criativas. Não pretendemos — longe disso — ser modelos ou padrões de conduta a serem seguidos. Desejamos, sim, que nosso empenhado esforço sirva para propiciar de alguma forma o maior estreitamento entre os povos latino-americanos.

Nova ponte: «Elo de ligação regional».

Dentro do programa de integração bilateral, Brasil e Argentina deverão conferir — como vêm fazendo — especial atenção à cooperação fronteiriça. A construção de uma terceira ponte entre o Brasil e a Argentina beneficiará mais diretamente o desenvolvimento das áreas lindeiras. É óbvio, contudo, que a importância desta obra ultrapassa o âmbito local e mesmo a escala bilateral. Servirá, também, como elo de ligação regional, estimulando o intercâmbio com as populações e economias dos países vizinhos no quadro do objetivo maior da integração latino-americana.

Senhor Presidente,

Além desse expressivo cabedal de empreendimentos comuns, Brasil e Argentina, em nova etapa de sua história e do seu relacionamento, vêm reforçando seu valioso patrimônio de confiança mútua, por intermédio de constante concertação bilateral a respeito dos principais temas internacionais. Com esse procedimento, buscamos fortalecer nossa posição negociadora, proporcionando uma nova e mais justa inserção de nossos países no cenário mundial.

As palavras de Vossa Excelência ao ensejo da XX Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos traduzem fielmente esse objetivo comum: «Devemos integrar-nos para otimizar nossa capacidade negociadora e melhorar nossa inserção internacional. Esta meta só se pode alcançar através de mecanismos de concertação, coordenação e cooperação no âmbito latino-americano».

Senhor Presidente,

Bem sabemos que a consolidação da democracia em nossos países constitui o verdadeiro penhor de todo esse excepcional e histórico momento de aproximação. Trata-se de projeto que não depende apenas de governos, porquanto resulta da vontade soberana dos nossos povos.

Inspirado nos ideais maiores da democracia e da integração, tenho a honra de convidar a todos os presentes a comigo brindarem pela vitalidade das fraternas relações entre o Brasil e a Argentina, pela prosperidade dessa grande nação irmã e pela ventura pessoal de Vossa Excelência.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no jantar oferecido pelo Presidente Carlos Menem,
no Hotel Plaza, em Buenos Aires, Argentina,
no dia 5 de julho de 1990.*

Discurso aos Congressistas Argentinos (Buenos Aires, Argentina)

Apresento, nesta manhã, minhas saudações formais a esta Assembléia e agradeço sensibilizado sua calorosa acolhida. Sinto-me pessoalmente vinculado à Argentina, que aprendi a admirar desde muito cedo, por minhas origens familiares no Sul do Brasil. É assim, com grande emoção, que compareço hoje a esta Casa.

Sei que esta sessão solene é — por intermédio da minha pessoa — um tributo de amizade ao Brasil e ao seu povo. Da mesma forma, quero, neste momento, prestar minha homenagem ao nobre povo argentino, que está presente nesta Casa, diante de mim, legitimamente representado por Vossas Excelências.

«Brasileiros e argentinos estão
cada vez mais próximos.»

Esta é a primeira visita de Estado que empreendo ao exterior. Foi uma escolha deliberada, como prova de apreço espe-

cial pela nação argentina e em reciprocidade ao gesto do Presidente Carlos Menem, cuja visita de Estado ao Brasil, em agosto de 1989, foi também a primeira que realizou em seu mandato.

Devo dizer que, nesta terra, não me sinto fora do meu País. Brasileiros e argentinos estão cada vez mais próximos; o que nos enriquece a todos, sem prejuízo de nossas tradições. Sentimo-nos como parte de uma única e grande nação, que já se vislumbra no horizonte. De fato, estamos buscando juntos um passaporte comum para o futuro glorioso que haverá de vir para a América Latina.

Senhores Parlamentares,

Há poucos dias, dirigi-me ao povo brasileiro para prestar-lhe contas dos primeiros cem dias do meu governo. Permito-me, de forma breve, reproduzir aqui a essência do que disse então. Faço-o em reconhecimento ao fato de que Brasil e Argentina compartilham de forma crescente de um destino comum.

No dia 22 de junho último, ao avaliar o trabalho já realizado por minha administração, pude afirmar a meu povo que «o Brasil começou a mudar», que passamos a viver num regime plenamente democrático, que meu governo é o primeiro nas últimas décadas de nossa história a funcionar num verdadeiro e salutar sistema de pesos e contrapesos, em que cada um dos Poderes constituídos exerce de forma absolutamente livre e na sua plenitude, suas funções para o bem maior do País.

Ao reiterar cada um dos compromissos que assumi, como candidato à Presidência da República, tive a satisfação de anunciar que a inflação despencou de 90% para cerca de 10% ao mês. A inflação pode e será vencida, mas o plano de estabilização é um passo preliminar para conseguirmos atingir a meta de promover uma autêntica revolução modernizante no País. Tal revolução já foi iniciada, através de uma ampla reforma do aparelho do Estado. Ao sanear suas finanças, estamos libertando as forças de mercado do pesadelo da inflação e do atraso da burocracia excessiva e ineficaz.

De forma paralela, no dia 26 de junho último, o Brasil deu início à implantação de uma nova política industrial e de comércio exterior, inspirada no propósito claro de renovar a econo-

mia nacional, através de uma abertura sadia e competitiva, que se traduzirá em benefícios para a sociedade como um todo. Passando da prédica à prática da modernização — e rompendo com modelos ultrapassados — o Governo brasileiro quer avançar no processo de completar a liberdade política com a mais ampla e efetiva liberdade econômica.

Cada ato de meu governo está determinado por uma visão de futuro, pela perspectiva da reconstrução nacional. Desejo compartilhar com os senhores essas aspirações do Brasil novo, já em construção. Este projeto de país moderno significa, tanto e tão-somente, criar condições para oferecer a cada um, e a todos cidadãos, as oportunidades para uma existência digna. A modernização econômica, social e política tem de estar voltada não apenas para a construção de uma sociedade moderna, mas também, e sobretudo, de uma sociedade ética. E não existe sinal de modernidade mais claro do que a justiça social.

«Não há reservas em nosso diálogo,
não pode haver recuo nem nada
a temer.»

A normalidade democrática é um processo permanente de diálogo, que meu governo tem exercido de forma constante e desejo crescente com o Congresso Nacional de meu País.

Dediquei vários anos à atividade parlamentar como meu pai e meu avô, que sempre me inspiraram como exemplos de dedicação à causa pública. Forjei assim meu credo político na devoção à verdade e no respeito absoluto à liberdade. Hoje, quis dirigir-me a Vossas Excelências, como fiz no meu último pronunciamento ao povo brasileiro, conclamando-o a que continue a acreditar e a confiar no Brasil.

O futuro é agora e o Brasil já começou a mudar. E assim, extremamente oportuna, esta minha visita a Buenos Aires, porque me dá ensejo para renovar solenemente — perante o Con-

gresso e o povo argentino — o penhor da amizade brasileira a esta grande nação.

Minha presença aqui virá demonstrar, mais uma vez, através de decisões concretas, a prioridade que atribuo a nossos vínculos, que não cessam de se fortalecer.

Os anos 80 são considerados uma «década perdida» para a América Latina. Nestes momentos difíceis, os amigos leais sabem se dar as mãos. Foi o que fizemos, então, brasileiros e argentinos e é o que continuaremos a fazer sempre com crescente entusiasmo.

Hoje, Brasil e Argentina chegam à idade adulta de seu relacionamento. De forma sem precedentes na América Latina, demos prova de nossa capacidade de afrontar riscos e de arquitetar um destino comum. Nossos congressos ratificaram o compromisso de que «os territórios dos dois países integrarão um espaço econômico comum». Nossa cooperação nunca foi tão intensa. Com frequência cada vez maior, Brasil e Argentina falam com uma só voz — e mesmo através de um só delegado — em muitos foros internacionais. Desenvolvemos, entre nós, uma comunicação franca e uma confiança absoluta. Nossa relação não é apenas densa e sólida — ela tem a energia própria das nações jovens e soube incorporar o dinamismo da história contemporânea. Por isso mesmo, estamos decididos a criar esquemas mais ambiciosos e mais acelerados para a nossa integração bilateral.

Não há reservas em nosso diálogo — não pode haver reclusos nem nada a temer. É irreversível o processo de integração bilateral, da mesma forma que a democracia é irreversível em nossos países. Nossos povos fizeram por merecer ambas. Longamente amadurecido, o programa de integração Brasil-Argentina só foi possível graças à consolidação democrática em nossos países.

Nesta Casa, consagrada à cidadania argentina, nada mais honroso do que render tributo aos que lutaram e se sacrificaram pela democracia. Sabemos todos que a democracia é, antes de mais nada, uma regra de convivência e — como tal — exige uma fidelidade constante e uma devoção que se deve renovar a cada dia.

Da mesma forma, a integração exige persistência e paciência. É justo, por isso mesmo, exaltar a contribuição dos que nos precederam neste esforço transcendente, cujas raízes são históricas. É o momento de recordar também — até com insistência — que a integração, como a democracia, é uma obra de toda uma sociedade, isto é, do povo e para o povo. Ao ampliar o espaço econômico para empresários e produtores, queremos também o benefício social do consumidor e do contribuinte. Para tanto, a participação da cidadania é indispensável. Nesse sentido, como porta-vozes diretos da vontade popular, é e será decisivo — no processo de integração — o papel dos Parlamentos dos dois países, conforme previsto no Tratado de 1988.

«A construção de um mercado comum
Brasil-Argentina constituirá
um estímulo ainda mais decisivo
à integração sub-regional.»

A realidade internacional alterou-se radicalmente desde que, em 1985, iniciamos nosso programa de integração. A dinâmica mundial acelerou-se de forma dramática. Diante de uma conjuntura internacional estimulante — mas ainda em boa medida imprevisível — Brasil e Argentina devem reforçar sua trajetória solidária, ao buscar uma inserção orgânica na nova ordem em gestação.

O Brasil aspira a uma convivência universal: nossa política externa não deve admitir exclusivismos, mas comporta prioridades. Já tive oportunidade de afirmar, ao tomar posse perante o Congresso Nacional, que, «para o Brasil, o grande espaço imediato é a América Latina, com seu epicentro econômico no Cone Sul». Penso também, como declarei então, que a «integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias e, portanto, condição para que a América Latina possa juntar-se aos protagonistas deste momento de mudanças do cenário mundial».

Permito-me insistir sobre esses conceitos, porque a conjuntura atual nos impõe uma constante reflexão.

O Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial. O povo brasileiro deseja um Brasil mais aberto, mais livre e mais justo. Os problemas nacionais exigem soluções urgentes mas soluções nacionais, como foi o processo endógeno de restauração plena da democracia e como será a construção de um Brasil moderno. E a política externa brasileira guardará essa mesma fidelidade à vontade popular: ela deve e será um reflexo de nossa atuação no plano interno.

A projeção externa do Brasil novo tem um balizamento firme: está marcada nas aspirações maiores do povo brasileiro. Da mesma forma, ao falar na prioridade latino-americana em nossa diplomacia, não me refiro apenas a uma contingência geográfica ou a um entorno econômico. Não. Esse espaço regional tem igualmente — e sobretudo — uma raiz espiritual e uma conseqüente dimensão histórica, hoje marcada pela recuperação democrática.

Acabamos de festejar — no início de junho último, em Assunção, Paraguai — o centenário do sistema interamericano, cuja comunidade de propósitos e compromissos compartilhamos e aos quais aderimos firmemente. Dentro dessa solidariedade hemisférica, existe também a consciência de uma unidade latino-americana, solenemente proclamada na «Declaração dos Presidentes da América», assinada na reunião dos Chefes de Estado americanos, em Punta del Este, Uruguai, em 14 de abril de 1967. Este mesmo documento previa — com o firme apoio do Presidente dos Estados Unidos — a criação de um mercado comum latino-americano em prazo não superior a 15 anos, a partir de 1970.

Lembro tais antecedentes porque nos ajuda a compreender e a valorizar as decisões que Brasil e Argentina estão prestes a tomar. Ao ritmo da história, encontramos nosso próprio caminho, que é edificante e, sem dúvida, generoso.

A construção de um mercado comum Brasil-Argentina — até dezembro de 1994 — constituirá, certamente, um estímulo ainda mais decisivo para a integração sub-regional, em bases cada vez mais amplas. O significado dessa experiência de coopera-

ção não é apenas econômico-comercial. Seu alcance é — em definitivo — político e, como tal, deve ser preservado. Estamos demonstrando nossa capacidade de afirmação, sem qualquer pretensão ociosa de protagonismo. Ao contrário: Brasil e Argentina estão concorrendo para a unidade latino-americana, sem exclusivismos, mas também com todos os cuidados que impõe uma filosofia de ação realista, flexível, gradativa e equilibrada.

«A condição para a verdadeira
independência é a consciência
de nossa própria identidade.»

Ao desafio de nosso tempo, devemos responder com autoconfiança, mas também com lucidez e realismo. Não nos deixaremos iludir por miragens oportunistas, nem nos intimidaremos com o fantasma da marginalização.

Na verdade, temos convivido há décadas com a ameaça do isolamento. No passado, a periferia nos condenou à frustração e temos sido lembrados apenas como aliados de ocasião para compor esquemas de poder que nos transcendem.

Não queremos repetir os erros de ontem, e não haveremos de fazê-los. Queremos, sim, aproveitar as lições que soubemos aprender com nosso próprio esforço.

A esse propósito não poderia deixar de saudar o importante pronunciamento feito pelo Presidente George Bush, no dia 27 de junho último, quando anunciou uma revisão da política econômica dos Estados Unidos com relação à América Latina e ao Caribe. Trata-se de uma iniciativa corajosa, inovadora e abrangente, que se fundamenta também na premissa de que «cada país da região deve fazer suas opções próprias». A «*Iniciativa para as Américas*» («The Enterprise for Americas») é, ademais, um reconhecimento de que emergiu na América Latina «novas lideranças, respaldadas pela força de um mandato popular».

A perfeita concertação político-diplomática hoje existente entre Brasil e Argentina recebe, assim, um construtivo estímulo, que permitirá aos dois países reiterar sua comunhão de propósitos. A proposta do Presidente Bush abre novos horizontes para a solidariedade hemisférica, que será mais sólida na medida em que a unidade latino-americana também se fortalecer. Não há qualquer conflito entre essas duas vertentes: ao contrário, elas se complementam, numa síntese histórica que deve ser sempre mais harmônica e benéfica para a estabilidade de todo o nosso continente americano.

Nesse particular, Brasil e Argentina têm uma responsabilidade especial, que deriva do mérito de havermos ousado dar os primeiros passos para uma integração real. Ousamos deixar o confortável e secular refúgio da utopia para enfrentar os riscos das decisões concretas e conseqüentes, nem sempre sem reação.

Ao afirmar a unidade latino-americana, estamos afirmando a autenticidade de cada um de nossos países, com suas peculiaridades e suas diversidades. Incumbe precipuamente a nós identificar o caminho de uma efetiva cooperação latino-americana, diante das novas perspectivas que se abrem no plano hemisférico e em escala mundial.

A condição para a verdadeira independência é a consciência de nossa própria identidade e o conhecimento de nossa realidade. Dessa forma, o diálogo continental ganhará novo dinamismo. A América Latina não pode esquecer sua fisionomia histórica: o testamento político dos próceres e fundadores de nossas pátrias.

Seremos fiéis a eles, afrontando as provas de nosso tempo, como eles souberam vencer os desafios de sua época.

Assim seja, e que Deus nos ajude.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no Congresso Argentino, em Buenos Aires, Argentina,
no dia 6 de julho de 1990.*

Visita a Carajás (Pará)

O desenvolvimento tem que se fazer em harmonia com o meio ambiente. Essa diretriz não é uma idéia de gabinete. É fruto da consciência que em todo o mundo nasceu, pela voz da geração a que pertenço. Sinto-me, portanto, fortemente ligado e comprometido com essa causa. Sinto que a maioria dos brasileiros compartilha a firme vontade de preservar a natureza de que somos parte. Acabaram-se os tempos em que, contrariando as mais claras evidências, procurávamos esconder os desastinos e violências cometidos neste País contra o meio ambiente. Hoje, ao contrário, procuramos apontá-los sem vacilações.

O poder público e as lideranças políticas têm responsabilidade essencial na conscientização da sociedade. É precisamente desta maneira, encarando os fatos de frente e mobilizando todos os meios para resolvê-los, que o meu governo, o nosso governo dará a sua contribuição ao progresso do Brasil.

«O Brasil acha-se, hoje,
na vanguarda das iniciativas
ecológicas internacionais.»

Nessa questão do meio ambiente, o Brasil deixou de andar a reboque das denúncias internacionais. Deixamos de clamar

inocência e de invocar argumentos nacionalistas falaciosos. Deixamos o banco dos réus. O Brasil acha-se, hoje, na vanguarda das iniciativas ecológicas internacionais. Reconhecemos os nossos erros, mas recordamos que as sociedades hoje avançadas também erraram e continuam a atentar contra o meio ambiente.

Em minha viagem ao exterior, como Presidente eleito da República, defendi que a discussão do tema se deve fazer de forma racional. Não se trata, portanto, de estabelecer quem tem mais ou menos culpa. Trata-se, isto sim, de examinar formas de cooperação internacional capazes de retificar o que já foi feito e de evitar novos desastres no futuro. E eu disse isso porque, na esfera política, no plano diplomático, a retórica ecológica não resultou em avanços práticos de intensidade comparável ao vigor dos discursos. É preciso menos emoção verbal e mais determinação para fazer.

Os países em desenvolvimento precisam com urgência de recursos materiais e tecnológicos para defender a natureza. Precisamos ter acesso às chamadas tecnologias «limpas». Precisamos dispor dos meios necessários para a adaptação das atividades econômicas a padrões mais elevados de proteção ambiental. O potencial de prosperidade que a natureza provê é fator importante para o progresso. Não é, porém, de modo algum suficiente. Fundamentais são a força, a coragem e a inteligência dos homens. Aí, sim, reside a condição básica do desenvolvimento de um país. O fato de estarmos na maior província mineral do planeta certamente impressiona. A maior emoção, no entanto, vem do que aqui o trabalho humano foi capaz de realizar em tão pouco tempo. Diante da magnitude do que foi feito, neste local e em muitos outros do Brasil, reforça-se a convicção de que haveremos de ser, dentro em breve, uma nação plenamente desenvolvida.

Carajás é uma resposta forte e clara ao desafio de conciliar o imperativo do desenvolvimento com a necessidade de preservação ambiental. É uma resposta brasileira, uma resposta amazônica, que precisa e haverá de evoluir e se mostrar ainda mais atenta às questões do meio ambiente.

Com o lançamento da idéia do Programa Flora e Pólos Florestais da Amazônia Oriental, começamos a dar os contor-

nos finais dentro do que hoje nos foi exposto. Caso aprovado, estaremos dando mais um importante passo no sentido de consolidar a harmonia desse empreendimento, realmente gigantesco, com o meio em que se encontra.

Daqui saímos, minhas senhoras e meus senhores, ainda mais convencidos de que a Amazônia deve ser preservada e vai ser preservada. Daqui saímos absolutamente confiantes de que a Amazônia e o Brasil devem ser e vão ser desenvolvidos dentro dessa teoria, dentro dessa linha e dessa diretriz básica de que é possível se buscar o desenvolvimento econômico desde que perfeitamente enlaçado com a preservação do nosso ecossistema.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na visita a Carajás, Pará,
no dia 14 de julho de 1990.*

Instalação do Ministério da Criança

Instalamos, de fato, o Ministério da Criança. Como todos sabem, essa foi uma iniciativa do Governo que tomou posse no último dia 15 de março, porque nós entendemos que o Brasil somente poderá ter um futuro grandioso se começarmos, a partir de agora, a ter uma preocupação efetiva com as crianças brasileiras. Vocês são a maioria. A maioria da população brasileira é constituída por jovens, crianças e adolescentes. Daí ser fundamental o apoio do Governo, com ações concretas, com ações efetivas, para que todos vocês tenham direito à educação, à saúde e, sobretudo, a uma vida condigna. Daí, é o nosso desejo de hoje instalar, de uma forma impregnada de simbolismo, mas com uma objetividade muito grande, o Ministério da Criança. O Governo estará totalmente mobilizado para que essas ações tenham efeito rápido, ou seja, para que toda a sociedade brasileira sinta que realmente há essa preocupação social, tendo como objetivo central a criança e o adolescente.

Na última sexta-feira, sancionei lei vinda do Congresso Nacional que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso significa que a partir de agora há um diploma legal que dá o amparo, que faz justiça aos anseios e às expectativas e aos desejos da criança e do adolescente no nosso País.

Por isso, eu gostaria, nesta reunião que hoje iniciamos, de ouvir cada um de vocês que aqui está presente. Cada um de vocês está representando um ministério ou uma secretaria de Governo. Cada um de vocês deverá falar e nós estamos aqui para ouvi-los. Falem o que julgarem conveniente falar. Digam as suas preocupações, digam aquilo que vocês estão querendo que se faça, para que nós possamos, a partir dessa informação e dessa solicitação de cada um de vocês, orientar ainda melhor, e de uma forma mais produtiva, o nosso trabalho.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na reunião de instalação do Ministério da Criança,
realizada no Palácio da Alvorada,
no dia 15 de julho de 1990.*

Integração Brasil-Venezuela

Senhor Presidente,

Quero inicialmente agradecer, em meu nome e no de minha comitiva, a fidalga acolhida que nos dispensa Vossa Excelência neste ponto da fronteira entre nossos países. O clima de respeito mútuo e autêntica estima reinante em nossas conversações de hoje demonstra, uma vez mais, o nível de relacionamento entre a Venezuela e o Brasil.

Senhor Presidente,

Nossos povos têm plena consciência dos desafios que se assomam no horizonte, mas acreditam que, no lastro de uma cooperação internacional, assentada sobre o princípio da igualdade soberana, resultarão mais eficazes os esforços em prol do desenvolvimento econômico e do bem-estar social, justas e legítimas aspirações de venezuelanos e brasileiros.

O processo de integração entre a Venezuela e o Brasil assume, nesse quadro, renovada importância. O caminho da modernização de nossas economias será, sem dúvida, abreviado pelo intercâmbio, tanto de informações e experiências, quanto de produtos e capitais, em iniciativas múltiplas que, sem perderem realismo nem flexibilidade, haverão de ajudar a desenvolver nossas potencialidades humanas e aproveitar de modo racional nossas riquezas.

«Nossas fronteiras não nos separam,
unem-nos.»

Decidimos realizar nossa primeira reunião no cenário amazônico, porque este é o ponto de encontro natural entre a Venezuela e o Brasil. Valorizamos a responsabilidade que nos cabe como protetores do mais diversificado ecossistema da Terra, e juntos trabalharemos para evitar que ações inconseqüentes venham causar danos à floresta e a seus habitantes, bem como para integrar este espaço à vida econômica e produtiva de nossos países.

Nossas fronteiras, Senhor Presidente, não nos separam, unem-nos. No curso dos anos 80, a vizinhança entre a Venezuela e o Brasil deixou de ser simples fato cartográfico, para tornar-se estímulo à aproximação entre venezuelanos e brasileiros. Não nos encontramos de costas um para o outro: à cerca-nia física estamos fazendo corresponder nosso encontro definitivo, à força de interesses compartilhados e objetivos comuns.

Como exemplos de nosso compromisso incontornável com a integração entre nossos países, destacam-se a conclusão iminente da estrada que ligará Boa Vista à rede rodoviária venezuelana e o programa de cooperação fronteiriça para outras áreas vitais, como as de saúde, saneamento básico, educação e comunicação.

É, assim, com a certeza de que nunca antes terão sido tão construtivas e promissoras as relações entre nossos dois países, que convido todos os presentes a brindarem comigo à fraterna amizade que une os povos da Venezuela e do Brasil, à saúde e felicidade pessoais do Presidente Carlos Andrés Perez.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no almoço oferecido pelo Presidente Carlos Andrés Perez,
em Santa Helena do Uairén, Venezuela,
no dia 20 de julho de 1990.*

Integração Brasil-Chile

Aguardamos este momento há 22 anos, tempo decorrido desde a última visita de Estado, ao Brasil, do mais alto dignitário da nação chilena. O diálogo entre nossos países não sofreu interrupção, porque, antes de ser um contacto entre governos, é um constante entendimento entre povos irmãos, numa tradição de amizade que remonta a 1838. Hoje podemos celebrar a abertura de novo e auspicioso ciclo nas relações bilaterais — o Presidente do Chile está entre nós, desembarca em terra brasileira para dizer-nos de suas prioridades em política externa, honra-nos com sua primeira visita de Estado.

Presidente Patricio Aylwin;

Uma importância especial marca a presença de Vossa Excelência no Brasil, em atenção ao convite que lhe fiz logo no início de meu governo. Não bastassem a fraternidade e a nobreza dos sentimentos que há tanto tempo unem chilenos e brasileiros, não fossem particularmente promissoras as perspectivas de crescimento de nossas relações bilaterais, sua visita vem a ser ainda um tributo à grandeza de nossos povos. Chile e Brasil voltam a se dar as mãos como duas democracias consagradas pela vontade popular. Nos dois países, as eleições para a Presidência da República representaram o coroamento de uma transição pacífica. A sociedade chilena, como a brasileira, demonstrou maturidade, equilíbrio e perseverança na reconquista de suas liberdades democráticas.

Saudamos em Vossa Excelência o estadista que, em seu país, inspirou essa transição, e que agora, como legítimo Presidente de todos os chilenos, se empenha na grandiosa obra de reconciliação nacional. No Chile como no Brasil, não nos faltam entusiasmo e confiança para empreendermos a modernização política, econômica e social. A liberdade que hoje desfrutam, a democracia que se obstinam em consolidar já constituem patrimônio da nossa história. Chilenos e brasileiros fizeram por merecê-lo, e para conquistá-lo, não mediram sacrifícios.

«A integração latino-americana
deixou de ser um sonho distante
para tornar-se um horizonte
previsível.»

Como Vossa Excelência teve oportunidade de afirmar, «um governo do povo não significa que todos os problemas serão solucionados milagrosamente». O compromisso sagrado com a democracia exige devoção permanente. Nossos governos, Senhor Presidente, são depositários de um voto de confiança, mas receberam também um claro mandato de renovação.

Este reencontro entre o Chile e o Brasil ocorre, assim, em circunstância afortunada: hoje, como ontem, a história nos aproxima. O anseio de mudança em nossos países atualiza-nos na modernidade. O aperfeiçoamento democrático implica combate firme às causas e mazelas do subdesenvolvimento econômico e exige, ao mesmo tempo, atenção prioritária aos desníveis sociais. Não podemos contemplar o projeto de uma sociedade moderna sem cuidarmos da construção de uma sociedade ética.

Chilenos e brasileiros irmanam-se, mais uma vez, na consciência de que o respeito aos direitos do homem significa necessariamente o acesso a condições dignas de existência. Falo em nome da sociedade brasileira que, em momento crítico de sua história, me conferiu mandato de incontornável leitura: aperfeiçoar o modelo democrático, em clima de absoluta liberdade de

expressão, e conjurar a crise econômica, com ênfase na luta contra os desequilíbrios sociais.

A palavra crise, em sua própria raiz, importa decisão. E não tem faltado a meu governo, a coragem de fazer frente à mais grave crise da história econômica brasileira. Vossa Excelência poderá testemunhar que já começamos a recolher resultados alentadores nesse esforço solidário de derrubada da inflação, de saneamento financeiro, de estímulo às estruturas produtivas, de agilidade administrativa, de arejamento ético e de resgate da esperança nacional. Poderá também verificar que estamos promovendo o retorno do País às principais correntes do comércio, das finanças, da tecnologia e das relações econômicas e, bem assim, recuperando a eficiência e a competitividade da indústria brasileira. Acreditamos que a modernização reclamada pela sociedade exige a abertura ao exterior, ao amparo de uma crescente cooperação internacional, em bases de igualdade e respeito mútuo.

Temos consciência de que as conquistas democráticas na América Latina decorreram, apesar da insidiosa crise econômica, da evolução política que hoje privilegia uma dinâmica integracionista.

A integração latino-americana deixou de ser um sonho distante para tornar-se um horizonte previsível, de que nos aproximamos pela própria vontade de nossos povos. Chile e Brasil conferem clara prioridade à América Latina, em seu empenho de reinserção orgânica na nova ordem internacional. De forma realista e flexível, incorporando as lições do passado, estamos dando passos concretos para a criação de um mercado comum a partir do Cone Sul.

«A união haverá de fazer
nossa força.»

Em homenagem aos que nos precederam nesse esforço, permita-me, Presidente Patricio Aylwin, lembrar a figura de um

grande paladino da integração latino-americana que, como meu pai, o Senador Arnon de Mello, abraçou e enriqueceu o pensamento democrata-cristão no continente. Refiro-me ao saudoso Presidente Eduardo Frei, que, em 1968, realizou a última visita de um primeiro mandatário chileno ao Brasil. No discurso que pronunciou nesta capital, então recém-construída, indagava ele: «Por que, sendo a América Latina um continente novo, não há de dar um exemplo novo? Por que não se pode conceber nossa integração na rica variedade de expressões de cada uma de nossas pátrias, que poderiam crescer internamente segundo suas proporções, sem prejuízo de nenhuma?».

Hoje podemos dizer que Chile e Brasil, dentro do objetivo maior da integração latino-americana, já têm resposta afirmativa e comum a essa pergunta. Como regimes fundados na liberdade e nos anseios majoritários do povo, recobramos nossa vocação integracionista e desejamos fortalecer nossa trajetória solidária.

A união haverá de fazer nossa força, contribuindo para a modernização de nossas economias e permitindo que a América Latina participe do núcleo dinâmico das grandes mudanças no cenário internacional. Devemos atuar de forma concertada, sobretudo ante os novos horizontes que parecem abrir-se para uma ampla solidariedade hemisférica, à qual seria bom que oferecêssemos, como pressuposto, a consistência da unidade latino-americana.

Presidente Patricio Aylwin;

Temos em Vossa Excelência, a imagem viva da fidalguia e da vitalidade do povo chileno. A comunhão de propósitos, que hoje reaproxima nossos países, transpareceu ao longo de nossas conversações e haverá de projetar-se nas decisões que tomaremos.

Convido os presentes a brindarem comigo a este momento histórico no relacionamento entre Chile e Brasil, à prosperidade

crescente do povo chileno, à paz mundial e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no jantar em homenagem ao
Presidente do Chile, Patricio Aylwin
realizado no Palácio do Itamaraty,
no dia 25 de julho de 1990.*

O Brasil no Mundo dos Anos 90

A Escola Superior de Guerra tem dado contribuição valiosa para a aproximação entre civis e militares no exame dos principais aspectos da vida nacional e de nossa posição no contexto internacional. É, portanto, com particular satisfação, que faço esta visita e aproveito a oportunidade para apresentar algumas idéias sobre o Brasil no mundo dos anos 90.

Estamos iniciando uma caminhada que levará o Brasil à condição de país desenvolvido. Governar é liderar os processos de mudança que permitirão que atinjamos os objetivos de desenvolvimento compartilhados por toda a nação.

Para tanto, é necessário que combinemos, de forma objetiva, na linha do melhor interesse nacional, as ações internas e externas. Assim, chamaria atenção para o fato de que, hoje, as relações internacionais tornam-se cada vez mais relevantes para a realização do projeto brasileiro. Não que antes fôssemos alheios ou imunes ao que se passava em volta de nós. Há que reconhecer, no entanto, que de uma fase em que a idéia de desenvolvimento surgia associada à noção de auto-suficiência crescente, entramos numa era em que o progresso está condicionado, em boa medida, à possibilidade de participar, com benefício, dos desdobramentos centrais da história dos homens.

«Saber negociar com sentido
de futuro é fundamental.»

É essencial, nesse contexto, que o Brasil não só mantenha, mas aumente a sua importância aos olhos do mundo. Digo isto, sem qualquer sentido de vaidade patriótica, e sim porque essa importância tem repercussões muito nítidas na vida diária de cada brasileiro. Reflete-se, por exemplo, no volume de investimentos externos, que é um dos promotores do desenvolvimento econômico.

O Brasil tem hoje uma estratégia clara de inserção e atuação no meio internacional. O País ampliará seu peso específico nos processos decisórios mundiais. Esse é um objetivo prioritário de meu trabalho no Governo.

O contexto internacional vem sofrendo mudanças radicais nos últimos anos, especialmente nos últimos meses. A medida do poder das nações — poder entendido como capacidade de influência — passa a ser determinada cada vez menos pela capacidade de destruir, e cada vez mais pela capacidade de produzir. Em certo sentido, esse era o mundo que o Brasil queria. Sempre criticamos o ordenamento global do pós-guerra, um sistema baseado nas equações estratégicas da confrontação nuclear. Queríamos uma comunidade internacional menos conformada com aquela realidade. Nunca acreditamos que ela fosse imutável e os fatos demonstraram que tínhamos razão. As estruturas da «guerra fria» estavam caducas e só se sustentavam graças à inércia e à ilusão teimosa de lideranças que pretendiam paralisar a história.

A democracia generaliza-se hoje como modelo de convivência política. As sociedades assumem a condução dos seus destinos. Nem por isso a história deixou de reservar um papel fundamental para os líderes, para os homens públicos que, sabendo compreender os novos tempos e interpretar democraticamente a vontade majoritária dos homens, vêm atuando de maneira decisiva na orientação e aceleração da mudança.

O meio internacional não se tornou mais importante apenas para o nosso País; tornou-se mais importante para todos os países. De fato, uma das características principais do momento é a de que se amplia, ao infinito, a temática internacional. Quaisquer decisões nacionais exigem que sejam pensadas em seu contexto internacional próprio. Isto pede, de nós, um extraordinário cuidado para definir, em cada caso, os melhores rumos de realização dos interesses nacionais e obriga a um processo permanente de fortalecimento de nossa capacidade negociadora. Saber negociar, com sentido de futuro, é fundamental.

Uma segunda característica é a de que as nações fortes já não são aquelas habilitadas militar ou economicamente, a impor sozinhas os seus desejos. Antes, negociação era sinônimo de demora e a urgência servia de desculpa para as ações de força. Em nossos dias, basta ler as notícias: o entendimento tornou-se sinônimo de velocidade. Questões pendentes há várias décadas, muitas consideradas insolúveis, vêm sendo resolvidas com algumas semanas, ou mesmo com alguns dias de diálogo entre lideranças renovadas.

«Não se trata somente de conseguir
uma vaga no chamado
Primeiro Mundo.»

É quase uma ironia da história: a ordem bipolar, vista como o dado central e imutável das relações internacionais, dissolve-se rapidamente; já questões como a da dívida externa e de certos conflitos regionais, que eram tidas como as «variáveis» do sistema, transformam-se em fatores permanentes. Aparentemente só se solucionam os problemas que são prioritários para os principais atores do cenário global. Os outros problemas, aqueles que afetam mais de perto os países que não têm acesso ao núcleo do processo decisório, continuam ainda pendentes. Quem os resolverá?

Eis o motivo pelo qual tenho defendido que o Brasil deve, o quanto antes, participar, de forma inovadora, desses entendimentos. Não se trata somente de conseguir uma vaga no chamado Primeiro Mundo — conceito que, aliás, perdeu muito de sua força com a diluição do Segundo Mundo e com a diversificação do Terceiro. Trata-se, isto sim, de sustentar que não podemos ficar de fora de discussões que nos dizem respeito, direta ou indiretamente. Nelas, devemos buscar ser ator relevante.

Temos de participar até mesmo para que as questões de nosso interesse façam parte da agenda e sejam tratadas de maneira equilibrada. No tema do meio ambiente, por exemplo, com as vigorosas ações de governo que empreendi, o Brasil foi capaz de mudar o sentido da agenda, retirando-lhe o tom negativo e incriminatório e dando a ela uma essência mais racional e construtiva.

O impulso democrático que transforma a ordem política interna de numerosos países precisa estender-se também às relações internacionais. Deve ser assegurado, a todos os povos, o direito de tomar parte das deliberações sobre os destinos da comunidade global. Reconhecemos que o desenvolvimento é uma importante porta de entrada para esses entendimentos. Não vamos, é óbvio, de um momento para o outro, alcançar os níveis de prosperidade e bem-estar dos países desenvolvidos, mas na busca desse objetivo legítimo, podemos desde já, começar a aumentar a importância do Brasil aos olhos do mundo.

Nossas relações internacionais e nossa inserção na economia mundial devem fazer-se sem temores preconcebidos, sem complexos de inferioridade.

O meu governo defende o aprofundamento e a intensificação dos vínculos entre o Brasil e a economia internacional como um todo.

Nos anos 60 e 70, especialmente depois da primeira crise do petróleo, a economia mundial tinha a oferecer ao Brasil recursos financeiros abundantes, baratos, e acessíveis a países em desenvolvimento. Optamos por aproveitar aquela circunstância. Deve-se reconhecer que a estratégia do endividamento então adotada trouxe um impulso significativo ao progresso nacional.

«Estamos diante de uma realidade
em acelerada transformação.
O Brasil não pode estar à margem
do processo histórico.»

Materialmente, o Brasil cresceu. Foi, no entanto, um progresso desequilibrado, com prioridades de investimentos impostas à sociedade brasileira, com distorções que acabaram por agravar o perfil injusto da distribuição de renda em nosso País.

Hoje os tempos são outros. Estancaram-se os fluxos financeiros do Norte para o Sul e muitos deles assumiram a direção inversa: o Sul «exporta» capitais para o Norte.

E o que tem agora o ambiente internacional a nos oferecer? Tem a prevalência do princípio da liberdade individual e dos demais direitos da pessoa humana; a democracia, como fator de legitimidade; perspectivas mais sólidas de paz e um ambiente de convívio entre as nações que abre possibilidades de cooperação antes bloqueadas pela primazia das rixas ideológicas; novas configurações de associação entre países da mesma região, que prenunciam importantes mudanças no dia-a-dia global. Tem também a oferecer grandes avanços científicos e tecnológicos e um comércio internacional cada vez maior, mais dinâmico e competitivo.

O desafio que se apresenta diante de nós é o de transformar essas características do momento atual em fatores que contribuam para o desenvolvimento do Brasil, inclusive porque algumas dessas manifestações não passam, por enquanto, de tendências. É o que se verifica quando encontramos contradições como a que existe entre a força crescente do discurso liberal de cunho social e a persistência de práticas comerciais restritivas. É o que se verifica quando contrastamos a rapidez dos movimentos de aproximação entre as superpotências e a persistência de crises regionais que podem reverter as tendências positivas a que assistimos.

Não são, portanto, configurações acabadas. De qualquer forma, não se transformarão em dádivas e, para participar das tendências positivas e ajudar na sua construção, há um longo trabalho pela frente. Estamos diante de uma realidade em acelerada transformação. O Brasil não pode estar à margem do processo histórico.

Esse é o objetivo de voltarmos a política externa para construção de uma estrutura de paz na qual os benefícios do momento extraordinário que vivemos sejam permanentemente consolidados e, de outro lado, sejam ampliados para que alcancem efetivamente todos os aspectos críticos no sistema internacional. As nossas credenciais, de impecável tradição de ação externa, não agressiva, não hegemônica, habilitam-nos especialmente para essa tarefa.

Esse é o propósito, por exemplo, que nos anima na busca de uma integração cada vez mais profunda com os países da América Latina, em particular com os vizinhos da América do Sul. A história aponta na direção dos grandes espaços político-econômicos, lastreados nas afinidades de todo tipo e na proximidade geográfica. Caminhamos para uma ordem em que esses grandes espaços poderão ser a base a uma integração muito maior da comunidade internacional.

«É com o título de nação moderna
e competitiva que passaremos
a ter uma presença cada vez
mais atuante nas grandes decisões
internacionais.»

Esse é o sentido, também, da nova política industrial que o meu governo acaba de anunciar. Vamo-nos valer de uma maior exposição à concorrência internacional como meio de acelerar a modernização de uma economia em que a ineficácia era acobertada pelos cartórios protecionistas, e na qual o consumidor brasileiro era obrigado a arcar com o custo dessa atitude e da prá-

tica de margens de lucro abusivas, inteiramente dissociadas dos parâmetros vigentes no mercado externo.

Os consumidores de nosso País já começam a sentir os efeitos benéficos dessa política de maior abertura de nossas fronteiras econômicas. Os produtos importados deixam de ser um luxo para os ricos e transformam-se em motivo para a redução do preço de produtos que vão à mesa do trabalhador. Mas as consequências dessa política ultrapassam o impacto imediato no dia-a-dia do cidadão. A médio e longo prazos, a concorrência internacional vai permitir a construção de uma economia mais forte e mais bem preparada para atender às necessidades do povo brasileiro.

Teremos também, por essa via, um parque produtivo habilitado a uma participação cada vez mais vantajosa no comércio mundial. Um país só se torna competitivo se tiver ânimo para competir. E é com o título de nação moderna e competitiva que passaremos a ter uma presença cada vez mais atuante nas grandes decisões internacionais. Assim, ajudaremos a criar um ordenamento global mais favorável aos países em desenvolvimento.

Aliás, uma prova das intenções brasileiras está em que a abertura do setor têxtil coloca o Brasil na vanguarda de liberalização em uma área ainda dominada por um protecionismo que prejudica sobretudo os países em desenvolvimento.

País competitivo, quer dizer empresas competitivas. Em nossos dias, a concorrência internacional já não se faz entre estados. A eles cabe, no plano político-diplomático, a negociação de regras gerais que possibilitem uma concorrência mais justa e saudável.

Quando digo que não há qualquer tipo de ingenuidade na defesa que faço de uma maior integração do Brasil à economia mundial, é porque tenho plena consciência de que poucas etapas da história apresentaram-se tão complexas para as nações que buscam sair da pobreza em direção ao bem-estar. Por duas razões. Em primeiro lugar, porque riqueza hoje significa produzir com base em permanente renovação científica e tecnológica e é justamente no campo de ciência e tecnologia que os países em desenvolvimento ficaram em situação de intolerável atraso. Em segundo lugar, porque em poucos momentos teve a questão do

desenvolvimento prioridade tão secundária na agenda internacional. Mesmo no domínio da ética, temas como os dos direitos políticos, do meio ambiente e das drogas, sobre cuja importância não cabe a menor dúvida, e que devem merecer atenção específica, tendem hoje a relegar ao esquecimento o drama da miséria, da fome e da marginalidade.

O mundo aí fora não é para nós uma realidade cor-de-rosa, mas é a realidade em que temos de definir nossos objetivos e de formular a nossa estratégia de ação, inclusive para conquistarmos o poder de alterar o meio em que estamos inseridos.

Não culpamos o mundo por nosso subdesenvolvimento. Ele é fruto de um processo histórico em que os atores principais fomos nós mesmos. Mas há que reconhecer, objetivamente, que a maneira como viemos ao mundo enquanto nações, e o mundo que encontramos ao nascer, impuseram-nos limitações e constrangimentos bem caracterizados.

Não vamos esperar que o mundo mude para depois mudarmos. Vamos mudar já, tanto dentro do País, como em nossas relações internacionais.

O tratamento que o meu governo tem dado à questão da dívida externa é a prova mais clara de que não estamos dispostos a trilhar caminhos que não traçamos. Os críticos poderão dizer que o meu governo até hoje não tratou da questão da dívida externa. Em certo sentido eles estão certos — os contatos mantidos tiveram caráter exploratório, preliminar. Pela primeira vez, concretamente, o Brasil cuidou de implementar uma receita própria de saneamento econômico antes de sentar-se à mesa com os credores externos e com os organismos financeiros internacionais. Não há em nossa atitude qualquer inclinação para a confrontação. Estamos inteiramente abertos ao diálogo e à negociação de fórmulas mutuamente aceitáveis. Fazemos questão, porém, de agir segundo as nossas prioridades, os nossos critérios, sustentados por um governo que é expressão legítima da vontade popular.

Muitos, antes do início do meu governo, afirmaram que o crescimento econômico tinha precedência sobre o pagamento da dívida externa. Agora, em meu governo, tem mesmo!

«Não se constrói uma economia forte
sobre uma sociedade fraca,
mas tampouco se pode erguer
uma sociedade próspera
sobre uma economia débil.»

Tenho um projeto de profunda e abrangente modernização do País. As medidas que adotamos até hoje, as diretrizes que temos seguido, são parte integrante desse projeto.

Em economia não há milagres. Para alcançar a prosperidade, é preciso uma sociedade forte. E a principal fraqueza do Brasil reside justamente na pobreza de nosso povo, na falta de comida, na falta de uma adequada estrutura educacional, na falta da moradia, na falta de transporte e na crescente falta de segurança.

Não se constrói uma economia forte sobre uma sociedade fraca, mas tampouco se pode erguer uma sociedade próspera sobre uma economia débil.

O modelo de desenvolvimento que vamos seguir já está definido, em suas grandes linhas, na constituição e em nossa opção histórica pela economia de livre mercado. Falta agora realizar esse modelo de acordo com a vontade democrática da Nação. Sabemos, desde já, que não desejamos copiar os exemplos do consumismo, do desperdício e da destruição do meio ambiente. O conforto e a felicidade não podem ter por base apenas os bens materiais. As comunidades mais avançadas caracterizam-se hoje pelo elevado nível de formação e informação das pessoas, pelo acesso aos bens culturais, pelo clima de respeito e segurança em que vivem, pela possibilidade que os indivíduos têm de servir à coletividade realizando as suas vocações.

Para um país que enfrenta problemas da dimensão dos nossos, esses objetivos pareceriam uma longínqua miragem. Mas não podem ser. O progresso não se alcança da noite para o dia. É fruto de um trabalho árduo e determinado. As mudanças que queremos irão concretizar-se a médio e longo prazos. A decisão

de fazê-las, no entanto, já aconteceu quando o povo brasileiro reconquistou a liberdade de escolher os seus governantes.

O grande desafio do desenvolvimento é a necessidade de agir em todas as frentes ao mesmo tempo, com recursos sempre escassos. Torna-se indispensável, por conseguinte, utilizar os poucos meios disponíveis da melhor maneira possível.

É isto o que meu governo procura fazer ao comandar a reorientação das funções do Estado, dando absoluta prioridade ao bem-estar de nossa gente. Com uma participação menor em certas atividades econômicas, o Estado poupa esforços que serão empregados em outras áreas, sobretudo a social, e lança um estímulo para que a iniciativa privada assuma as responsabilidades que lhe cabem no desenvolvimento nacional.

Ao Estado, fica reservada, além de suas funções de liderar e de ordenar a vida do país, de acordo com as regras da democracia, a gigantesca tarefa de assistir aos desassistidos, de prover médicos, professores, infra-estrutura básica, segurança, enfim, melhores condições de vida para o nosso povo.

«O amanhã tem que ser hoje.»

Existe uma nova realidade, tanto nacional como internacional, que nos obriga a abandonar as soluções simplistas, os maniqueísmos, os sonhos das realizações imediatas. Não será fácil a nossa missão de pôr em ação uma estratégia que tenha por objetivos acelerar e consolidar a nossa caminhada rumo ao desenvolvimento, bem como ampliar a força de nossa presença na montagem de uma ordem global fundada na paz e na melhor distribuição das oportunidades de progresso.

Estou seguro, porém, de que o meu governo lidera um esforço para colocar o Brasil, de uma vez por todas, na corrente central da história. No caminho da liberdade e da democracia, nós já estamos. Agora é preciso transformar esse fator de identificação com o mundo contemporâneo em força propulsora do

salto que teremos de dar para vencer o nosso atraso relativo nas esferas econômica, social, científica e tecnológica.

Os anos 90 haverão de ser o momento desse salto. Não há mais tempo a perder. O mundo não vai parar à nossa espera. E nós não vamos parar à espera do mundo.

Senhoras e Senhores,

É esta a mensagem que trago aos membros da Escola Superior de Guerra, e que há de ser considerada nos estudos e debates realizados nestas salas de aula. É uma mensagem coerente com os tempos de transformação que vivemos e incorpora uma proposta de mudança ousada, de determinação sem limites, de compromisso único com a Nação.

Chegou o tempo de criar um Brasil novo. O amanhã tem que ser hoje, porque a rapidez da história contemporânea transforma séculos em dias e os avanços da ciência e da tecnologia medem o tempo em segundos de trabalho, dinamismo e vontade.

Senhoras e Senhores, é o tempo do Brasil. É o nosso tempo!

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
intitulado: «O Brasil no mundo dos anos 90»,
na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro,
no dia 28 de julho de 1990.*

Série Diretrizes para um Novo Brasil

- 1. O Projeto de Reconstrução Nacional e O Compromisso com a Democracia**
- 2. A Democracia e o Controle Soberano do Estado**
- 3. Desenvolvimento: o Condutor da Dignidade e do Bem-Estar do Trabalhador**
- 4. Crianças, o Desafio Maior**
- 5. O Fortalecimento da Economia e a Sociedade Brasileira**

ESTA OBRA FOI COMPOSTA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604 BRASÍLIA, DF,
EM FEVEREIRO DE 1991, PARA
A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,
COM UMA TIRAGEM DE
5.000 EXEMPLARES

“Não se constrói uma economia forte sobre uma sociedade fraca. E a principal fraqueza do Brasil reside justamente na pobreza de nosso povo, na falta de comida, na falta de uma adequada estrutura educacional, na falta de moradia, na falta de transporte e na crescente falta de segurança.”

Presidente Fernando Collor

